

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAMILA NOGUEIRA ABREU

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES-
MA: UMA ANÁLISE DO SEU ACERVO HISTÓRICO**

SÃO LUÍS

2021

CAMILA NOGUEIRA ABREU

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES-
MA: UMA ANÁLISE DO SEU ACERVO HISTÓRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Nairama Pereira Barriga Feitosa

SÃO LUÍS

2021

Universidade Estadual do Maranhão. Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA.

A162p

ABREU, Camila Nogueira.

Patrimônio Arquitetônico e Cultural do Município de
Guimarães – MA: uma análise do acervo histórico. / Camila
Nogueira Abreu. – São Luís, 2021.

93 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do
Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

Orientadora: Profa. Esp. Nairama Pereira Barriga Feitosa.

1. Patrimônio. 2. Acervo arquitetônico. 3. Espaço urbano.
4. Guimarães – MA. I. Título.

CDU: 72.025.3 (812.1 Guimarães)

Elaborado por Diógenes de Andrade CRB – 13/891

CAMILA NOGUEIRA ABREU

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES-
MA: UMA ANÁLISE DO SEU ACERVO HISTÓRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Nairama Pereira Barriga Feitosa

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Nairama Pereira Barriga Feitosa (Orientadora)

Especialista em Assessoria Técnica no Habitat Urbano e Rural
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. José Ricardo de Jesus Pinto Cordeiro

Pós-Graduado em Gerenciamento de Projetos
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Prof. Me. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo

Mestra em Projeto de Arquitetura
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me dar o sustento necessário na conclusão dessa fase tão importante da minha vida, nesse cenário mundial de saúde pública extremamente delicado que estamos vivendo.

À minha querida orientadora, Nairama, que com a sua dedicação, paciência e sabedoria cedeu a sua orientação para esse trabalho.

Aos meu padrinhos, pais e avós do coração, Zilma e Carim, os quais nunca mediram qualquer esforço para que eu conseguisse chegar até aqui, eles foram e continuarão sendo indispensáveis em todas as trajetórias da minha vida. A eles, a minha eterna gratidão. Essa vitória é nossa

Agradeço e ofereço essa conquista para as minhas duas mães, meus pais, irmãos, primos e tios, por compartilharem, incentivarem e viverem esse sonho junto comigo

À minha irmã do coração Alyne, ao marido dela, Rodrigo que se dispuseram a ir comigo onde fosse preciso para tornar o meu objetivo possível. À Maria Lua que não cansou em ouvir os meus anseios e nervosismo por inúmeras madrugadas.

Aos meus amigos de turma que compartilharam comigo essa jornada acadêmica. Ao Raimundo Chaves, que teve um papel imprescindível durante o processo de produção do trabalho e na troca engrandecedora de conhecimento. Serei eternamente grata por isso.

Ao Secretário de Cultura Municipal de Guimarães, Antônio Marcos Gomes, Marlyzete Coutinho, Tayane Abrantes, José Henrique Schalcher e aos moradores que, sempre muito solícitos, não pouparam auxílio na obtenção de dados e informações sobre a cidade.

“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

RESUMO

A abordagem sobre patrimônio arquitetônico e cultural no território maranhense frequentemente costuma limitar-se a cidades de maior referência, sobretudo São Luís e Alcântara. Contudo, essa significativa herança histórica também é resguardada em lugares pouco conhecidos e, por isso, longe da percepção de grande parte da população. Perante o exposto, buscou-se estudar a realidade do referente tema no município de Guimarães, um dos mais antigos do Maranhão. Apresenta o estudo através da compreensão do seu processo de formação, dinâmica do espaço urbano, mapeamento e caracterização do acervo arquitetônico, demonstrando a relação dos seus bens com o contexto local. Revela, também, a importância da conscientização patrimonial coletiva como instrumento fundamental de perpetuação do legado histórico. O estudo realizou-se através de pesquisas bibliográficas de caráter qualitativo descritivo. Registros fotográficos antigos, documentos iconográficos e referenciais teóricos serviram como base para a construção do trabalho, bem como a produção de mapas autorais, fundamentando suas análises. Por fim, os dados apurados e materiais produzidos podem servir como referência para futuras discussões e proposições referentes a valorização do patrimônio arquitetônico histórico e cultural da cidade Guimarães.

Palavras-chave: patrimônio; acervo arquitetônico; espaço urbano; Guimarães

ABSTRACT

The approach on architectural and cultural heritage in territory of Maranhao's state is often limited to cities of greater reference, especially São Luís and Alcantara. However, this significant historical heritage is also protected in unheard-of places and, therefore, far from the perception of a large part of the population. As a result, we sought to study the reality of the main subject in Guimaraes' municipality, one of the oldest in the state. It presents the study through the understanding of its formation process, dynamics of the urban space, mapping and characterization of the architectural collection, demonstrating the relationship of its assets with local context. It also reveals the importance of public heritage awareness as a fundamental instrument for the perpetuation of historical legacy. The study was carried out through bibliographic research in a descriptive qualitative character. Old photographic records, iconographic documents and theoretical references served as basis for the construction of the study, as well as the production of authorial maps, supporting the analyzes. Lastly, the collected data and materials produced can serve as a reference for future discussions and proposals regarding valorization of the historical cultural and architectural heritage of the Guimaraes city.

Keywords: heritage; architectural collection; urban space; Guimaraes.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1. Localização Geográfica do Município de Guimarães/MA.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 2. Praia de Araoca. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 3. Entrada de acesso à comunidade de Damásio.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 4. Bumba-meu-boi de Guimarães em apresentação na Avenida Dias Vieira. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 5. Registro de Maria Firmina, em exposição no museu local.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 6. Porto de Guarapiranga, área da antiga Fazenda Guarapiranga. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 7. Registro do livro onde consta o auto de fundação da Vila.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 8. Organograma da evolução política do Maranhão (municípios e anos de fundação). **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 9. Registro do Petromax (lâmpião) no Museu de Guimarães.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 10. Obelisco na Praça da Independência (19??).**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 11. Av. Agenor Gomes (Antiga Pista do Aeroporto).**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 12. Hospital Maria Alice Coutinho – 1983. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 13. Praça dos Sagrados Corações e o Fórum ao fundo.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 14. Pintura que reproduz o prédio original da Prefeitura.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 15. Gráfico de revestimento das ruas de Guimarães (2011).**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 16. Registro dos mapas fornecidos pela Prefeitura.**Erro! Indicador não definido.**
- Figura 17. Mapa-base da área de estudo – região sede de Guimarães/MA. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 18. Rua Dias Vieira, atualmente Avenida Dias Vieira (1981). **Erro! Indicador não definido.**

Figura 19. Parede do museu que demonstra técnica utilizada no casario da época. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 20. Antigo Cartório 1º ofício de Guimarães (1983) e atual Casa Daniel Victor Coutinho. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 21. Vista interna da fachada e detalhe de parede. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 22. Detalhe dos azulejos na fachada. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 23. Localização da Prefeitura. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 24. Localização Casa Finado Carlos Reis. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 25. Localização da Colônia de Pescadores. 54

Figura 26. Localização do Comércio Zé Paca. 55

Figura 27. Localização da Secretaria de Assistência Social. 55

Figura 28. Localização da Casa Chico Lopes. 56

Figura 29. Localização da Casa Dias Vieira. 56

Figura 30. Localização do Teatro Guarapiranga. 57

Figura 31. Localização da Casa do CREAS. 57

Figura 32. Localização do Sobrado Cândido. 58

Figura 33. Localização do Oravi. 58

Figura 34. Localização do Casino. 59

Figura 35. Localização do Hotel. 59

Figura 36. Localização do Cemitério. 60

Figura 37. Localização do VillaGen. 60

Figura 38. Localização da Casa Altiva. 61

Figura 39. Localização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. 61

Figura 40. Localização do Fórum. 62

Figura 41. Localização da Casa Odete. 62

Figura 42. Localização do Comércio e Casa Ana Luiza. 63

Figura 43. Localização da Casa de Grandão. **Erro! Indicador não definido.**

Figura 44. Localização da Casa Maria Duarte. 64

Figura 45. Localização da Casa Marcelina Pinheiro. 64

Figura 46. Localização da Casa Manduca Santos. 65

Figura 47. Localização da Casa Júlio Souto. 65

Figura 48. Localização do Casa Daniel Victor Coutinho.	66
Figura 49. Localização da Casa Manoel Pimenta.	66
Figura 50. Localização da Casa Janilson Schalcher.	67
Figura 51. Localização da Casa das Freiras.	67
Figura 52. Localização da Casa de Té.	68
Figura 53. Localização da Casa Olindina.	68
Figura 54. Localização da Casa Betina Cavaignac.	69
Figura 55. Localização da Casa Henrique Schalcher.	69
Figura 56. Localização da Casa Juarez Araujo.	70
Figura 57. Localização da Casa Betânia.	70
Figura 58. Localização do Barracão Zé Lutrido.	71
Figura 59. Localização do Barracão Meme.	71
Figura 60. Localização da Escola da Fé.	72
Figura 61. Localização da Igreja São José.	72
Figura 62. Localização das Casas Paroquiais (1).	73
Figura 63. Localização das Casas Paroquiais (2).	73
Figura 64. Localização do Antigo Mercado Municipal.	74
Figura 65. Localização da Ruína dos Correios.	74
Figura 66. Localização do Poço Barriquinha.	75
Figura 67. Localização do Poço Mateusinho.	75
Figura 68. Localização do Poço Grande.	76
Figura 69. Localização do Poço Zé Pimenta.	76
Figura 70. Localização da Barreira do Guarapiranga.	77
Figura 71. Localização do Santuário Assunção.	77
Figura 72. Mapa de Usos.	Erro! Indicador não definido.
Figura 73. Mapa de Gabarito.	Erro! Indicador não definido.
Figura 74. Mapa de Tipologia.	Erro! Indicador não definido.
Figura 75. Mapa de Estado de Conservação.	Erro! Indicador não definido.
Figura 76. Mapa de Estilos Arquitetônicos.	Erro! Indicador não definido.
Figura 77. Paredes de taipa de pilão e adobe, respectivamente.	Erro! Indicador não definido.
Figura 78. Rua Dias Vieira.	Erro! Indicador não definido.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO – CONCEITUAÇÃO.....	16
2.1. CONCEITUADO O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	16
2.2. A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO.....	20
3. GUIMARÃES, HERANÇA E PATRIMÔNIO.....	20
3.1. A ORIGEM DA CIDADE.....	26
3.2. FUNDAÇÃO E OCUPAÇÃO URBANA.....	27
3.3. GUIMARÃES DO SÉCULO XVIII AO XXI E A EVOLUÇÃO URBANA.....	28
4. LEI DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL E O TOMBAMENTO.....	35
4.1. SOBRE A LEI.....	35
4.2. O INVENTÁRIO DOS BENS LOCAIS.....	36

5. A PERCEPÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO.....	38
5.1. DELIMITAÇÃO E ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO.....	35
5.2. CARACTERIZAÇÃO DOS BENS.....	41
5.2.1. INSTITUCIONAL.....	42
5.2.1.1. PREFEITURA.....	42
5.2.1.2. CASA FINADO CARLOS REIS.....	43
5.2.1.3. COLÔNIA DOS PESCADORES.....	43
5.2.1.4. COMÉRCIO FINADO ZÉ PAGA.....	43
5.2.1.5. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	43
5.2.1.6. CASA CHICO LOPES.....	44
5.2.1.7. CASA DIAS VIEIRA.....	44
5.2.1.8. TEATRO GUARAPIRANGA.....	44
5.2.1.9. CASA DO CREAS.....	45
5.2.1.10. SOBRADO CÂNDIDO.....	45
5.2.1.11. ORAVI.....	45
5.2.1.12. CASINO.....	46
5.2.1.13. HOTEL.....	46
5.2.1.14. CEMITÉRIO.....	46
5.2.1.15. VILA-GEN.....	46
5.2.1.16. CASA ALTIVA.....	47
5.2.1.17. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.....	47
5.2.1.18. FÓRUM.....	47
5.2.2. MORADIA.....	47
5.2.2.1. CASA ODETE, COMÉRCIO E CASA ANA LUIZA E CASA DE GRANDÃO.....	47
5.2.2.2. CASA MARIA DUARTE, CASA MARCELINA PINHEIRO, MANDUCA SANTOS E JÚLIO SOUTO.....	48
5.2.2.3. CASA DANIEL VICTOR COUTINHO.....	48
5.2.2.4. CASA MANOEL PIMENTA, CASA JANILSON SCHALCHER E CASA DAS FREIRAS.....	49
5.2.2.5. CASA DE TÉ.....	50

5.2.2.6.	CASA OLINDINA.....	50
5.2.2.7.	CASA BETINA CAVAINAC.....	50
5.2.2.8.	CASA HENRIQUE SCHALCHER.....	50
5.2.2.9.	CASA JUAREZ ARAUJO.....	50
5.2.2.10.	CASA BETÂNIA.....	51
5.2.3.	RELIGIOSO.....	51
5.2.3.1.	BARRACÕES DE ZÉ LUTRIDO E MEME.....	51
5.2.3.2.	ESCOLA DA FÉ.....	51
5.2.3.3.	IGREJA SÃO JOSÉ.....	51
5.2.3.4.	CASAS PAROQUIAIS.....	51
5.2.4.	MARCOS HISTÓRICOS.....	52
5.2.4.1.	ANTIGO MERCADO MUNICIPAL.....	52
5.2.4.2.	RUÍNA DOS CORREIOS.....	52
5.2.4.3.	POÇO BARRIQUINHA, POÇO MATEUSINHO, POÇO GRANDE, POÇO ZÉ PIMENTA, BARREIRA/SAMBAQUIS DO GUARAPIRANGA E SANTUÁRIO.....	53
5.3.	ASSOCIAÇÃO DE DADOS E PROPOSIÇÕES.....	78
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	87
	ANEXOS.....	

1 INTRODUÇÃO

O ato de “preservar” vem sendo uma pauta recorrente em diversos meios e grupos da sociedade dentro das questões urbanas nas últimas décadas. Em relação ao patrimônio, essa prática assumiu um importante papel na manutenção do que se compreende por identidade e memória. Sobre tal temática, Carlos Lemos discorre:

Antes, só manifestações isoladas de estudiosos e colecionadores que, aos poucos, foram envolvendo e interessando, as comunidades e os seus próprios governos, levando-os a oficialmente, promover a preservação dos chamados Patrimônios Históricos e Artísticos (LEMOS, 1981, p.22).

Por muito tempo, o olhar sobre o que resguardar no cenário da cultura nacional brasileira limitou-se aos bens de maneira isolada. Após a Carta Constitucional de 1988 redefinir o conceito de patrimônio e incluir “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988) essa perspectiva foi ampliada e despertou-se também a atenção para os centros históricos das cidades.

Boa parte desses centros históricos urbanos possuem políticas direcionadas à sua preservação/conservação por pertencerem a grandes cidades, muitas delas fomentadas pelo turismo. Isso deve-se ao fato de possuírem um significativo acervo físico legalmente reconhecido pelos órgãos atuantes da área.

Por outro lado, cidades menores, acabam sofrendo com esse distanciamento, tanto na questão territorial, por estarem afastadas dos grandes polos urbanos, quanto na atenção e incentivos por parte do poder público.

Segundo o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o Maranhão possui a capital, São Luís, reconhecida como Patrimônio Cultural Mundial pelo UNESCO desde 1997. Isso se deve ao Centro Histórico, onde abriga azulejos e casarões com características coloniais muito preservadas.

Além da cidade de São Luís, o estado também abriga municípios, alguns ainda pouco conhecidos, com importância histórica e cultural significativas. A exemplo de Guimarães, um dos municípios mais antigos do litoral ocidental maranhense, o qual possui riquezas naturais, culturais e artísticas resguardadas.

Diante deste contexto, esta pesquisa torna-se relevante uma vez que provoca a discussão sobre uma abordagem maior da preservação do patrimônio arquitetônico e cultural de cidades mais distantes dos grandes centros urbanos, tanto na questão territorial, quanto da atenção e incentivo do poder público.

Essa prática é fundamental na sociedade, não só por guardar os valores e a características das edificações, mas também por conservar aspectos da história de um lugar e de um povo. Não proteger tais testemunhos é o mesmo que deixar o legado suscetível a sua não perpetuação, tendo o risco de se perder no tempo.

Fato este que justifica o desenvolvimento desse trabalho, o qual possui como principal objetivo a análise do patrimônio histórico e arquitetônico do município de Guimarães, no estado do Maranhão, com foco na sede da cidade, onde encontram-se a maior parte dos seus bens de natureza imóvel, de relevante valor cultural e passíveis de reconhecimento.

Este trabalho possui caráter exploratório e se desenvolve a partir da exposição e discussão de conceitos dentro do âmbito do patrimônio cultural. Possui enfoque nas fontes documentais e iconográficas de acervos físicos e digitais obtidos na Prefeitura Municipal de Guimarães, Câmara Municipal, Secretaria de Cultura, Museu Histórico e Artístico de Guimarães e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Foram levantados, também, dados bibliográficos a fim de contextualizar o panorama histórico, econômico e social da cidade, obtidos através das fontes de estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). Quanto ao conteúdo iconográfico, teve-se a produção de novos mapas, com base nos dados investigados. Objetivou-se melhor visualização e entendimento do ponto de vista técnico a representação dos bens históricos para o município.

Com isso, a pesquisa evidenciará a relevância histórica e cultural do município através dos registros, dados e informações obtidos, assegurando a salvaguarda dessa herança. Reafirmará também a importância do papel da gestão e políticas públicas em conjunto com a atuação da sociedade civil para que essa realidade seja efetiva.

O estudo tornará possível a compreensão e a identificação do bem cultural edificado em uma região a qual possui grandes potenciais, desde histórico quanto natural e arquitetônico, mas que ainda é pouco conhecida e explorada.

Diante disso, por meio dos objetivos específicos, buscou-se:

- Conhecer o processo de formação do município de Guimarães e sua influência no traçado urbano existente;
- Fazer o levantamento fotográfico dos principais bens materiais de valor histórico e de interesse coletivo inseridos na área de estudo da cidade;

- Descrever e diagnosticar os bens que constituem o acervo arquitetônico local, contextualizando-os dentro do processo histórico do espaço urbano;
- Investigar as medidas legais adotadas para preservação e atuação dos órgãos de proteção ao patrimônio;
- Propor estratégias que possam ser utilizadas futuramente em virtude da preservação do patrimônio existente;

Em relação a estrutura, o capítulo inicial do trabalho está segmentado em duas partes: a primeira discorre sobre a conceituação dos bens culturais e instrumentos de proteção contextualizando a temática do patrimônio cultural, e a segunda, que debate a importância da prática de preservação e seus agentes fundamentais.

O segundo capítulo refere-se ao município abordado, descrevendo a origem, a fundação, ocupação e o processo de construção da cidade, elencando os acontecimentos de maior relevância para tal compreensão, desde o século XVIII até os dias atuais. Para isso, considerou-se aspectos como avanços da infraestrutura e transformações no cenário urbano como marcos do desenvolvimento local.

O terceiro capítulo apresenta informações sobre criação da legislação municipal de salvaguarda patrimonial, além da autoria e atuação. Também descreve o processo do inventário dos bens locais, já anteriormente realizado pelos órgãos locais competentes, visando o tombamento.

O quarto capítulo expõe a delimitação da área de estudo. Em uma análise detalhada do contexto territorial em que ela se encontra para uma compreensão mais específica do cenário. Faz-se um apanhado dos procedimentos citados através da produção de novos mapas e da exposição de imagens, para melhor apresentar os resultados alcançados. Em seguida, aborda-se a caracterização dos bens levantados, com a descrição, localização no território e classificação através do mapeamento e utilização de imagens feitas por meio do levantamento fotográfico realizado in loco (iniciado em 2019). Além da exposição de proposições que possam ser utilizadas em futuras medidas da preservação local, sendo umas contribuições deste trabalho.

E por fim, encontram-se as considerações finais com uma retomada geral da discussão, onde são citadas também as contribuições do estudo para compreensão e valorização do patrimônio de Guimarães. Ao longo do trabalho, enfatiza-se a limitação da obtenção de novos dados por meio de pesquisa de campo. Por conta do atual contexto mundial de crise sanitária, das diversas restrições estaduais, bem como das medidas de preservação da saúde individual e coletiva, impossibilitam novas viagens

e acréscimos de dados. Grande parte dessa etapa iniciou-se no final de 2019, onde a pesquisa não pôde ser finalizada, o que se possibilitou, enfim, neste ano de 2021.

2 REFERENCIAL TEÓRICO – CONCEITUAÇÃO

Neste capítulo estão abordados os conceitos e suas respectivas definições que embasaram o trabalho. Apresenta a discussão sobre patrimônio cultural, os conceitos referentes ao tema, a importância da preservação do patrimônio e os instrumentos de proteção.

2.1 CONCEITUANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo patrimônio é definido como o resultado da geração de bens produzidos e herdados por alguém ou uma civilização (Dicionário Online de Português - DICIO, 2020). Esses bens são reconhecidos desde o modo de vida, de pensar, na produção de conhecimento, manifestações artísticas, entre outros aspectos.

Com a Constituição Brasileira de 1937, a ideia sobre patrimônio histórico e artístico vem sendo amplamente discutida. Contudo, após a Carta Constitucional de 1988, mais precisamente no Artigo 216, o termo “patrimônio histórico” passou a ser reconhecido como “patrimônio cultural”.

De maneira prática, o conceito vai além do bem material edificado, pois inclui costumes, tradições culturais, manifestações artísticas, ou seja, tudo aquilo que uma determinada comunidade produz. Esses aspectos sintetizam a memória e identidade dos diferentes grupos sociais que fazem parte da sociedade (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, sobre a definição de patrimônio histórico, Françoise Choay (2014) destaca:

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalho e produtos todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. (CHOAY, 2014, p.11)

Esse importante elemento formador de identidade não basta ser apenas reconhecido. Por se tratar de interesse público, é imprescindível preservá-lo. Através dele é possível compreender a trajetória de uma cultura, suas tradições, saberes, além de compreender a sua origem e seus antepassados.

Outro aspecto relevante, diz respeito a como essa herança fortalece a importância de resguardar a singularidade e memória coletiva do lugar a qual ela pertence. “A memória coletiva é apontada como um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades, o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (SANTOS, 1995, p. 239)

A discussão acerca da necessidade de se preservar o patrimônio cultural é objeto de interesse constante em diversos âmbitos sociais. Segundo LEMOS (1981, p.29), “devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro do nosso vasto território de elementos componentes do patrimônio cultural.”

No campo da arquitetura, os diversos edifícios e monumentos antigos existentes ao redor do mundo auxiliam na compreensão do cenário em que esses bens estão inseridos, na formação das cidades, suas transformações ao longo do tempo e de que maneira os fatos históricos influenciaram no contexto urbano atual.

Na Europa, com a era industrial, por volta do século XVIII, o cenário urbano sofreu um grande aumento populacional. A atividade das indústrias acabou favorecendo a busca de muitos trabalhadores por melhores oportunidades de trabalho e condições de vida mais favoráveis. Esse novo modo de vida passou a exigir novos espaços dentro das cidades, assim, muitos deles se formaram sem qualquer planejamento.

A configuração espacial desordenada acabou despertando a preocupação em preservar as características genuínas das cidades, com o risco iminente de perdê-las. Diante disso, “a noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante”. (CHOAY, 2006, p.178)

No Brasil, essa preocupação em resguardar o patrimônio sintetizou-se oficialmente, através da efetivação, em 1937, do primeiro órgão de preservação na esfera federal, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Funcionava enquanto um órgão vinculado ao Ministério da Educação, e sendo um projeto dirigido pelo ministro Gustavo Capanema e o poeta Mário de Andrade.

Na Lei do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional constava, no artigo 46, o seu objetivo de “promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937).

É importante destacar outras iniciativas antes da criação do SPHAN, a exemplo do IMP – Inspetoria de Monumentos Nacionais atrelado ao Museu Histórico Nacional, com o objetivo de impedir a comercialização de itens antigos e edificações relevantes para a memória do país.

Essas medidas foram implantadas na época do Estado Novo, governado pelo autoritarismo de Getúlio Vargas, mas com a sociedade propensa a ideias mais progressistas. Nesse contexto, a busca pela concretização de uma identidade nacional pautada no modernismo era um fator de grande evidência.

O SPHAN serviu de base e conduziu a criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão de proteção nacional em vigor atualmente. Além da proteção, possui como principais objetivos a valorização dos bens culturais, para que seja possível perpetuá-los pelas próximas gerações. (BRASIL, 1937)

O Instituto possui inúmeros acervos, como bibliografias e documentos referentes à cultura nacional. Também faz parte desse acervo as Cartas Patrimoniais, as quais propõem recomendações e condutas a respeito da preservação do patrimônio cultural. Esses documentos são resultados de vários encontros internacionais de especialistas e representantes atuantes da área.

O IPHAN utiliza legalmente instrumentos de proteção do patrimônio material com a finalidade de assegurar o que é de valor cultural pertencente ao país. São eles: Valorização do Patrimônio Cultural Ferroviário, Chancela da Paisagem Cultural e o Tombamento, sendo este último o instrumento mais antigo.

O tombamento é a medida administrativa que melhor se enquadra quanto a natureza do objeto de pesquisa. Ele consiste no registro de um bem cultural, que passa a ser reconhecido pelo poder público e possui legislação própria. Segundo o IPHAN, foi instaurado pelo Decreto Lei nº 25/1937 e a sua ação resume-se na manutenção do bem a ser preservado, para que ele não seja destruído ou perca suas características.

Os bens, sejam eles móveis ou imóveis podem ser submetidos ao tombamento, desde que estes sejam de interesse coletivo e possuam valor histórico-cultural para um grupo social ou uma civilização. É um instrumento administrativo que pode ser feito pelo município (por meio de leis locais específicas), pelo estado (pela Secretaria de Cultura) e pela instância federal (através do IPHAN).

São Luís, a capital do Maranhão, recebeu o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1997 por tratar-se de uma cidade com aspectos da cultura portuguesa muito evidentes, o traçado urbano e um conjunto arquitetônico muito preservados.

O Centro Histórico ludovicense, tombado pelo IPHAN, abriga inúmeros casarões datados por volta dos séculos XVIII e XIX. A utilização de azulejos portugueses, o traçado urbano linear, o modo construtivo em harmonia com as condições climáticas locais foram alguns dos aspectos que embasaram o reconhecimento da cidade como patrimônio da humanidade.

Segundo Raquel Rolnik (1988), a relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem a cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Sendo assim, é indispensável que nela exista condições capazes de possibilitar o seu desenvolvimento junto à população. Isso inclui a manutenção dos bens de valor simbólico e que seja de interesse público, a fim de proteger e perpetuar sua identidade e história.

Em virtude disso, foi criada a lei federal de n.º 10.257 de 2001, conhecida popularmente como o Estatuto da Cidade, a qual instituiu o capítulo da política urbana da Constituição Brasileira. Seus fundamentos básicos tratam a respeito do planejamento aliado à participação social e a garantia da função social da propriedade.

Essa lei oferece diversos instrumentos de gestão, a exemplo do Plano Diretor, o qual deve ser instituído em cidades com mais de vinte mil habitantes. A lei do uso e da ocupação do solo, gestão orçamentária participativa e o zoneamento ambiental são alguns dos outros instrumentos pertencentes ao Estatuto.

Nesse contexto é importante destacar o papel da Arquitetura e Urbanismo no planejamento e manutenção da cidade. A atuação do profissional da área embasada pelo conhecimento histórico e aspectos urbanísticos possibilita analisar a melhor maneira de aliar o crescimento à qualidade de vida dos habitantes. Isso é refletido através de medidas eficazes na questão da mobilidade, habitação, lazer, políticas de proteção dos bens públicos, como projetos de requalificação, entre outros.

A cidade é o resultado de todas as ações do homem, pois, este, constitui-se como a figura responsável pela construção da sua história no tempo. Nesse sentido,

os monumentos e prédios antigos são perfeitos exemplares de como as obras arquitetônicas atuam como mecanismos importantes no testemunho dessa evolução.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO E OS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO

Desde o nascimento e em todas as fases da vida, o ser humano diariamente assimila valores culturais pertencentes a sociedade em que está inserido. Esses valores são os que caracterizam os diferentes grupos sociais e são responsáveis pelo reconhecimento de cada um deles, ou seja, representam suas respectivas identidades.

O indivíduo possui o dever de resguardar os acontecimentos e transformações do ambiente em que vive através da preservação desse testemunho, seja ele de natureza material ou imaterial.

A especificidade do monumento prende-se então precisamente, com seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente (CHOAY, 2011, p. 17).

Logo, sabe-se que é possível manter viva a história de um lugar se esse legado for devidamente protegido. É fato que não há como manter a integridade de toda essa produção de forma absoluta, mas é essencial que boa parte seja mantida.

Manter a história materializada através de um monumento ou mesmo em um bem, seja ele de qualquer natureza implica em eternizá-la, assim, preservando a memória coletiva e permitindo que as gerações futuras gozem do pleno direito de compreender a sua própria trajetória.

Segundo a Constituição Federal Brasileira (1988), para que seja possível a preservação do patrimônio material, é preciso que exista uma ação coletiva da comunidade e dos órgãos públicos. É imprescindível que, juntos, colaborem com medidas de prevenção e assim possam evitar a perda do patrimônio edificado ou que ele seja descaracterizado.

A sociedade civil possui um papel essencial na participação direta das questões do patrimônio. A educação patrimonial é um dos fatores mais relevantes nesse processo e consiste em promover a compreensão e aguçar o sentimento de apropriação dos indivíduos pelos valores culturais que lhes pertence.

Denunciar aos órgãos competentes sobre possíveis danos ou ações irregulares também é um meio de contribuição. A parceria da comunidade e do poder público

deve existir, inclusive, no processo de elaboração e implantação de propostas que visem a garantia de valorização desses bens.

Já em relação a casos em que há destruição física significativa do imóvel, são necessárias medidas multidisciplinares para que a intervenção seja feita por profissionais capacitados e da maneira mais segura e efetiva possível. Nesse caso, deve-se proceder a restauração do bem, visando a recuperação das suas características originais.

A legislação é a principal forma de proteção desse acervo, cuja atuação é feita através de ações administrativas pautadas por lei. Inventário, Tombamento, Salvaguarda, Vigilância, Desapropriação e Registro são ações estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, sendo a última, exclusivamente relacionada a proteção do patrimônio de natureza imaterial.

O Inventário busca identificar um bem através de pesquisas e levantamento de dados. Caracteriza-o de acordo com a natureza (material ou imaterial), com todas suas especificidades, demonstrando a pertinência em ser reconhecido legalmente como um bem público.

Como já citado, o Tombamento é um mecanismo administrativo cuja finalidade resume-se na preservação do acervo material visando impedir práticas que possam descaracterizá-lo ou destruí-lo.

O Plano de Salvaguarda consiste em uma proposta que, após o registro do bem em um dos Livros de Registro, promove a construção de um planejamento de preservação focado na múltipla participação dos atores sociais: profissionais, órgãos e comunidade. Busca tornar o processo mais participativo, incentivando a inclusão popular em todos os seus níveis (desde elaboração à execução), além da fiscalização.

A Vigilância é a vistoria permanente do IPHAN a todos os objetos tombados. O responsável não poderá oferecer resistência em caso de inspeção, sob risco de multa. A Desapropriação é a intervenção do poder público onde os bens são desapropriados em detrimento do interesse coletivo ou utilidade pública.

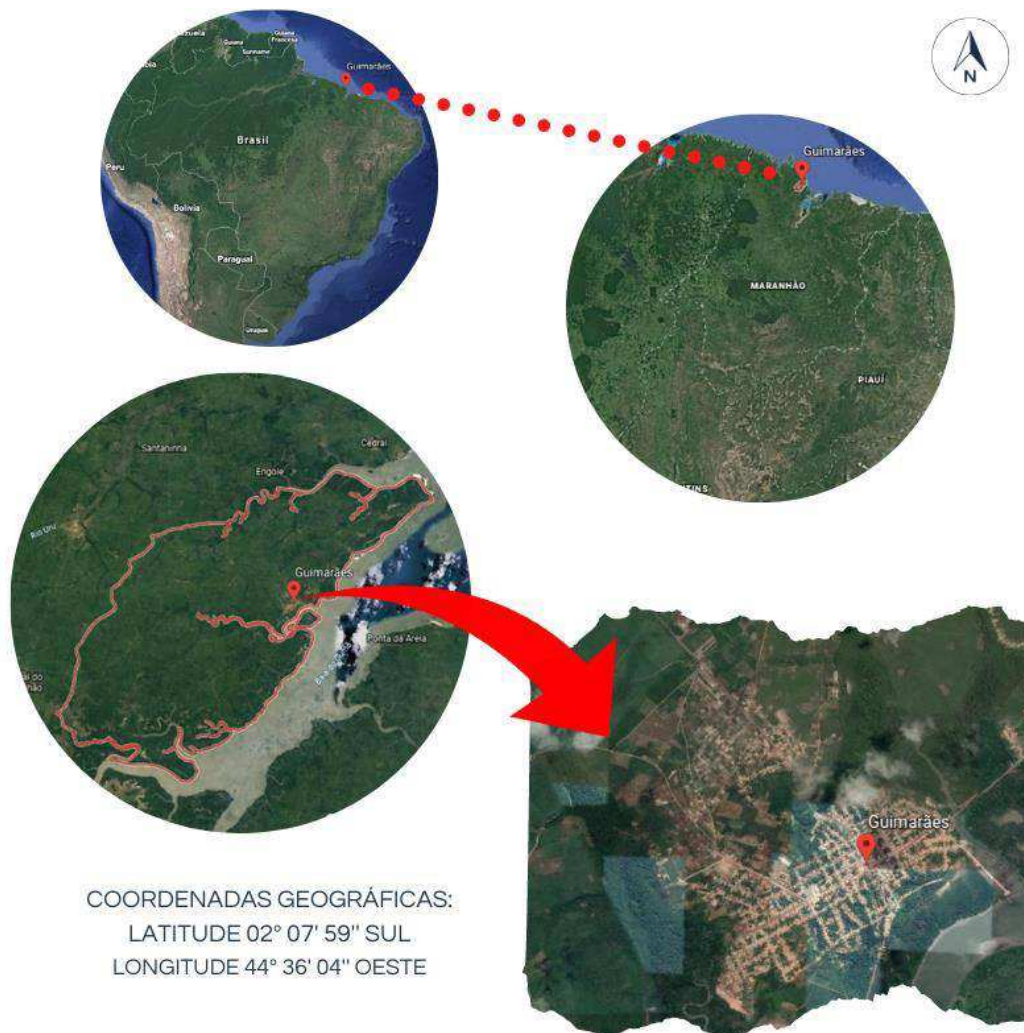
O Registro possibilita inscrição do bem em um dos livros de Registro. São eles, segundo o IPHAN: 1) O Livro de Registro dos Saberes; 2) O Livro de Registro das Celebrações; 3) O Livro de Registro das Formas de Expressão e 4) O Livro de Registros dos Lugares. Ele confere ao bem inscrito o título de Patrimônio Cultural.

Todas essas providências abordadas almejam em conjunto a manutenção da integridade do patrimônio e somente a prática efetiva é capaz de tornar essa realidade

possível. O Patrimônio Cultural é a bagagem de uma nação, sendo pertinente não apenas saber da sua existência, mas pra que ele sobreviva, protegê-lo é essencial.

3 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO DE GUIMARÃES

Figura 1. Localização Geográfica do Município de Guimarães/MA.



Fonte: Autoral com edição de imagens a partir do software Google Earth Pro (2021).

O município de Guimarães (Figura 1) localiza-se na microrregião do Litoral Ocidental Maranhense por volta de setenta quilômetros de distância em linha reta até a capital (São Luís), possuindo a área territorial de 478,857 km² e com aproximadamente 12.030 habitantes segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Censo de 2010 (IBGE).

A economia é baseada na produção local: da atividade pecuária, a pesca, o extrativismo vegetal e o cultivo da terra. Guimarães é uma das cidades mais antigas

do litoral ocidental maranhense, possuindo um casario colonial com típicos traços da arquitetura portuguesa muito bem preservados. Além disso, as belezas naturais, como os rios e praias constituem um atrativo a mais para o município que está, cada vez mais, investindo no turismo local, como exemplifica a Figura 2.

Figura 2. Praia de Araoca.



Fonte: autoral (2019).

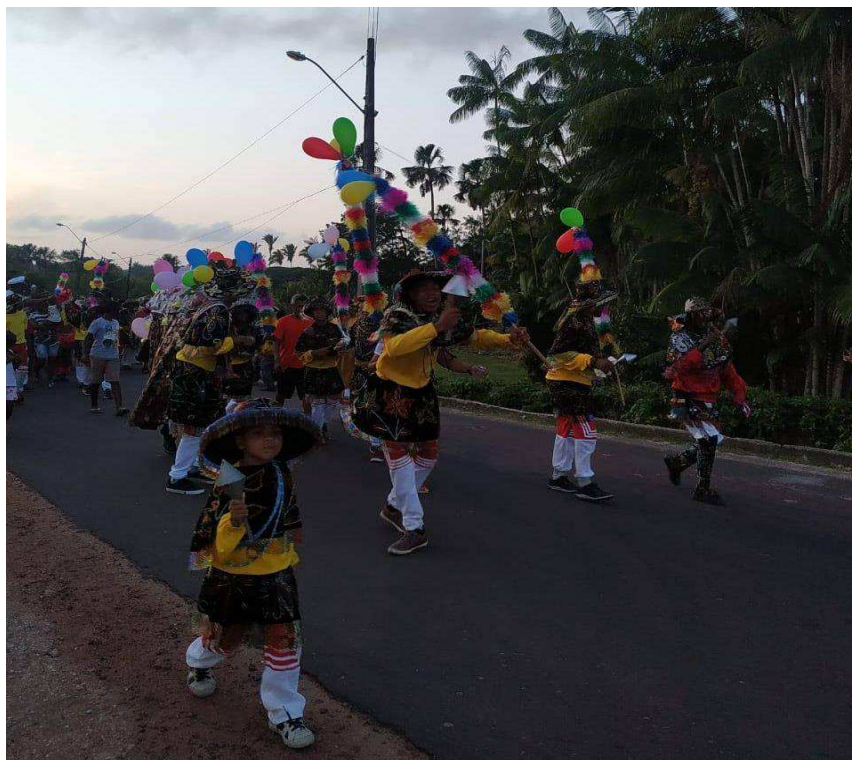
As manifestações artísticas e culturais também são fatores de grande notoriedade no município. O bumba-meu-boi de Guimarães nasceu no quilombo de Damásio (Figura 3), uma das comunidades de origem quilombola mais antigas do Maranhão, localizada na área rural de Guimarães. Esse grupo de bumba – meu – boi, sotaque de zabumba, também chamado de sotaque de Guimarães, idealizado por Marcelino Azevedo (*in memoriam*) possui mais de quarenta anos de existência. Participam do boi como brincantes, pescadores, lavradores e a comunidade que buscam manter a tradição da manifestação que é referência no segmento no Estado (Figura 4).

Figura 3. Entrada de acesso à comunidade de Damásio.



Fonte: autoral (2019).

Figura 4. Bumba-meu-boi de Guimarães em apresentação na Avenida Dias Vieira.



Fonte: autoral (2019).

Brasileiros e brasileiras de grande influência viveram na cidade, a exemplo de Maria Firmina dos Reis (Figura 5), a primeira romancista brasileira, a qual viveu e

lecionou por muitos anos no município. Em Guimarães nasceu também Joaquim Manuel de Sousa Andrade, mais conhecido por Sousândrade, grande poeta e escritor brasileiro. Além de Urbano Santos da Costa Araújo, que foi promotor, jurista e vice-presidente da República nos anos de 1914 -1918.

Figura 5. Registro de Maria Firmina, em exposição no museu local.



Fonte: autoral (2020).

Para chegar em Guimarães, a partir de São Luís, existem duas rotas que podem ser seguidas, sendo uma por meio de travessia de *ferry boat* e outra somente por via terrestre. Para estas descrições, utilizou-se a plataforma Google Maps para visualização de imagens de satélite e destinos.

Na primeira rota, segue-se pela BR-135 na Av. dos Portugueses até o porto da Ponta da Espera para o acesso ao Ferry Boat. Após a travessia, segue-se até a MA-106 em direção à cidade de Bequimão até Pinheiro. Logo após o acesso é pela MA-006 passando por Central do Maranhão e depois pela MA-305 até Guimarães. Na segunda rota, segue-se pela BR-135 até Miranda do Norte, pela BR-222 passando pelo município de Vitória do Mearim, pela MA-014 até o município de Pinheiro e seguindo pela MA-006 até chegar em Central do Maranhão, depois na MA-305 seguindo em direção à Guimarães.

Anteriormente havia a travessia marítima, com barcos de passageiros saindo da Rampa Campos Melo em São Luís, contornando a costa do município de Alcântara, até chegar na sede do município de Guimarães. Todavia, essa rota acabou tornando-se mais difícil com o desaparecimento desse tipo de embarcação.

3.1 A ORIGEM DA CIDADE

A origem da cidade está ligada a aldeia de Guarapiranga, a qual foi ocupada pela etnia Tupinambá entre o final do século XVII e início do século XVIII. Esses indígenas possuíam uma forte relação com os franceses e eram rivais dos portugueses. Após a fundação de São Luís, os franceses mantiveram esse laço com os Tupinambás de várias regiões. A Baía de Cumã era uma dessas regiões e nela abrigava tantas outras aldeias, entre elas a Aldeia de Cumã, uma das mais importantes.

Os portugueses, após intensos embates, acabaram derrotando os franceses. Por esse motivo, a relação entre os portugueses e indígenas tornou-se bastante complicada. Com isso, foram enviados missionários jesuítas às aldeias na tentativa de apaziguar a relação entre eles, porém acabou sendo uma alternativa sem sucesso. Houve grande resistência à colonização, ocorrendo diversos embates.

Após Portugal conseguir, enfim, controlar as terras maranhenses, o processo de ocupação teve com a chegada de diversas famílias de açorianos, onde muitas delas se estabeleceram em Alcântara e depois seguiram para Guimarães. As terras obtidas por essas famílias deram-se através das Cartas de Sesmarias. Um fator importante do período foi a criação da Capitania de Cumã, em 1633, a fim de facilitar ainda mais o processo de ocupação.

Ao longo dos anos os açorianos e jesuítas foram se instalando pela área da Baía de Cumã, construindo seus engenhos e fazendas. Os padres passaram a realizar a catequização dos indígenas da região. Outro fator que contribuiu para a ocupação foi a Estrada Real - a qual englobava parte do território - aberta entre os anos de 1622 a 1625, fazendo a ligação entre Alcântara e Belém (PA).

Na Estrada Real surgiu a Fazenda Guarapiranga de Cumã, tendo como proprietário João Teófilo de Barros. É provável que ele tenha sido um dos descendentes dos açorianos que se instalaram em Alcântara. Essa e outras fazendas foram sendo instaladas na região, a qual posteriormente denominou-se distrito de Guarapiranga.

3.2 FUNDAÇÃO E OCUPAÇÃO URBANA

Levando em conta o contexto histórico da época, da libertação de indígenas e da expulsão dos jesuítas, o Maranhão ainda subordinado a Portugal, dentre outros fatores, possibilitou-se a fundação da Vila de São José de Guimarães do Cumã (Figura 6), por volta do século XVIII. João Teófilo de Barros, proprietário da fazenda Guarapiranga, detentor de muitas riquezas, entre elas, terras e imóveis, antes do seu falecimento, passou seus bens através de um testamento ao seu filho, José Bruno de Barros, herdeiro fruto de uma relação com uma escrava.

Figura 6. Porto de Guarapiranga, área da antiga Fazenda Guarapiranga.



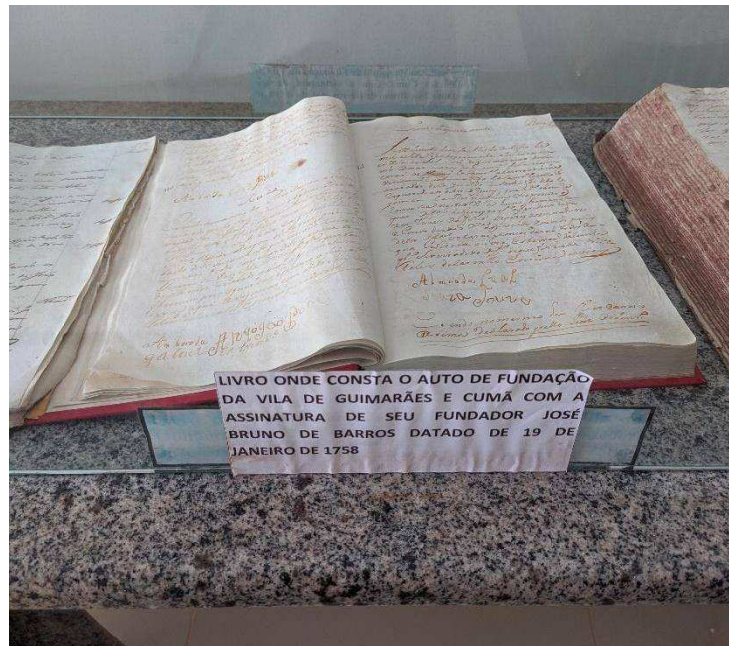
Fonte: autoral (2019).

O herdeiro de João Teófilo, que já residia em sua própria fazenda, em 1758 passou a herança da sua fazenda Guarapiranga para a posse da Coroa Real, doando-a. Nessa herança, englobava indígenas e outras posses relacionadas à fazenda. Na mesma época, a fazenda tornou-se Vila, a qual possuiu um significativo desenvolvimento, segundo a afirmação de Joaquim de Melo e Povoas:

Esta vila é uma das maiores do Estado e com tantos moradores que forma uma companhia de auxiliares de oitenta praças. A vila de Guimarães do Cumã desta capitania pode servir de exemplo, pois é a única de índios que se sabe em grande adiantamento, na qual já se acham muitos índios com bens e possuidores de escravos (IBGE, 1959, p. 185).

Com o decreto real, instaurado por Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, governador do Maranhão na época, os indígenas foram libertados. Em 19 de janeiro de 1758 a Vila foi oficialmente fundada (Figura 7).

Figura 7. Registro do livro onde consta o auto de fundação da Vila.



Fonte: autoral (2019).

3.3 GUIMARÃES DO SÉCULO XVIII AO XXI E A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

A fundação da Vila foi, oficialmente, no dia 19 de janeiro de 1758 e em 1761 houve a primeira delimitação da área geográfica local. Como já citado anteriormente, a Vila era uma das mais prósperas do estado.

A transição dos séculos XVIII e XIX foi marcada por um grande crescimento econômico para a capitania do Maranhão, com a produção e exportação de algodão. Nessa época, os colonos atraídos pela região acabaram recebendo terras da Coroa, tornando-os grandes proprietários de terra, através do cultivo, a criação de gado entre outras atividades econômicas.

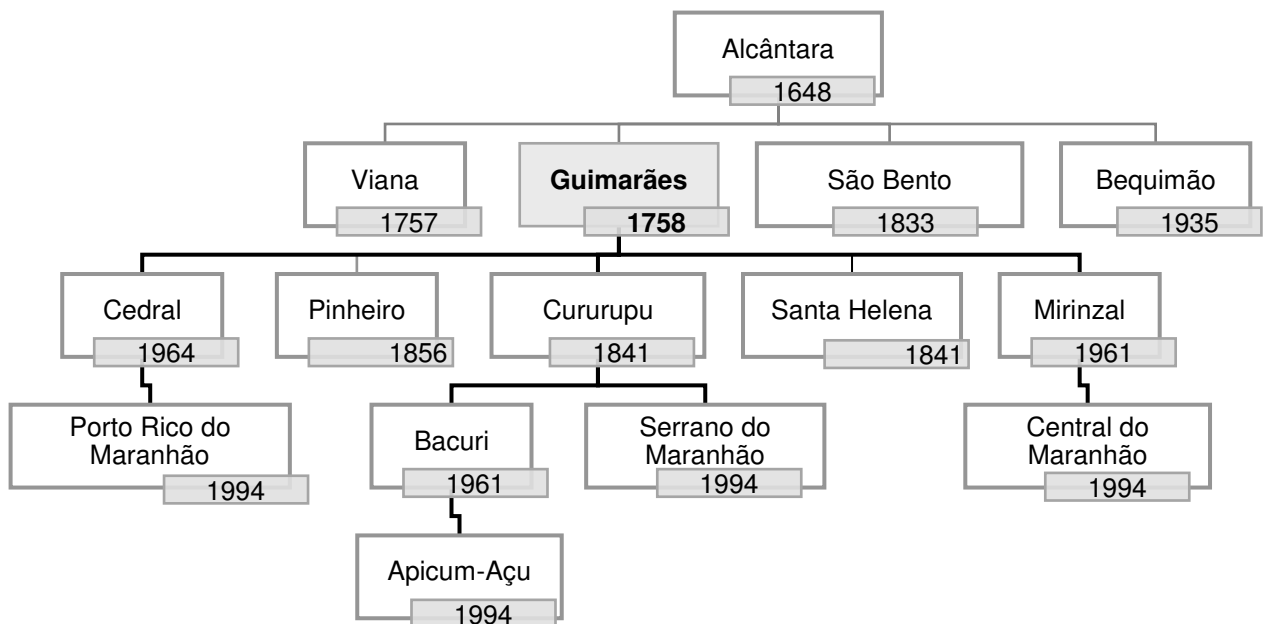
A mão de obra africana, além dos colos, também foi utilizada para o trabalho das lavouras. Por volta de 1860, eram os escravos a grande parte da população de Guimarães e da mesma forma que os Tupinambás, os africanos também ofereceram resistência no processo de colonização. Isso resultou na fuga de muitos deles e o refúgio em quilombos.

No século XIX, o Brasil deixa subordinação de Portugal, mas Alcântara e Guimarães resistiram a nova estrutura da fase Imperial, uma vez que havia um número expressivo de portugueses nessas regiões. Nos anos seguintes, Guimarães demonstrava bastante crescimento e Vila chegou a possuir um dos maiores números de engenhos do Maranhão.

Por conta do progresso expressivo, em 1835 a Vila de São José de Guimarães foi dividida em três freguesias (pequenas divisões administrativas do território), Santa Helena, Cururupu e Guimarães. Santa Helena conquista sua emancipação política, torna-se Vila e depois município, em 1841. Cururupu também se torna município em 1841. Já no ano de 1855 é criado o distrito de Pinheiro, tornando-se município em 1856.

Em 1861, houve a criação da freguesia de São Lourenço de Pericumã, que consistia em parte dos territórios de Guimarães e Pinheiro (hoje Central do Maranhão e Pinheiro), porém depois a freguesia foi suprimida. Da mesma forma ocorreu com a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, pertencente a Mirinzal, Cedral e Uru, mas também não foi estabelecida com êxito. Para melhor visualizar os momentos de desmembramento, a figura abaixo (Figura 8) apresenta a ordem e data de criação dos municípios.

Figura 8. Organograma da evolução política do Maranhão (municípios e anos de fundação).



Fonte: Produção autoral com dados extraídos do IMESC (2010).

Em 1889, o Brasil torna-se uma República e o Maranhão que antes produzia algodão e arroz para a exportação, cede lugar à atividade industrial. Porém, a atividade industrial não vingou, levando o estado à uma crise econômica. Por isso, em Guimarães as fazendas e engenhos foram desocupados. Nas proximidades dessas fazendas habitavam grande parte dos negros libertos, formando, assim, comunidades negras quilombolas entre os séculos XIX e XX.

Devido a legislação da época, foi estabelecido que todas as sedes das comarcas deveriam possuir uma edificação para o funcionamento da cadeia, a casa da câmara (ainda não existia a figura do prefeito como gestor da cidade, mas o presidente da câmara) e sessões do júri popular.

Em meados de 1838 foi instalada a Coletoria Provincial e Coletoria Geral (repartições públicas onde pagavam-se impostos) tendo-se, assim o primeiro prefeito de Guimarães: Torquato Coelho de Sousa. Em 1860 foi autorizada a construção de um cemitério público na Vila, em 1861, o limite é demarcado entre os municípios de São José de Guimarães e de São Batista de Cururupu.

Em 1870, a freguesia de Santo Inácio de Pinheiro se separa da comarca de Guimarães e em 1877 Cururupu e Guimarães têm seus limites demarcados. Ainda no século XIX, um importante marco foi a implantação pelo sucessor do 1º Intendente da Vila, Raimundo Braga, o sistema de iluminação com o uso de lampiões (Figura 9).

Figura 9. Registro do Petromax (lampião) no Museu de Guimarães.



Fonte: autoral (2019).

Em 1910 houve a inauguração do telégrafo da cidade pelo administrador da vila na época, Francisco de Assis Lopes Jr. Por volta de 1912, foram apresentadas duas obras de grande importância para o município, a construção do porto marítimo e uma escola – técnica, com o intuito de oferecer aulas profissionalizantes. Porém, devido a alguns fatores, as obras citadas não lograram êxito.

Como forma de homenagem o governador Luís Domingues, pela importância desses projetos, foi construído um obelisco, mais conhecida como “pirâmide” na parte central da Praça da Independência - atual praça Luís Domingues (Figura 10).

Figura 10. Obelisco na Praça da Independência (19??).



Fonte: IBGE (2021).

Em 1920, através da Lei Estadual nº 885, Guimarães torna-se cidade sob a aprovação do governador vimarense Urbano Santos da Costa Araújo. Foi construída em Cumã, em 1936, uma fábrica de Caulim, visando destinar sua produção para São Luís. Essa fábrica foi responsável durante muito tempo pelo fomento da economia local e do estado, mas acabou falindo por conta da competitividade.

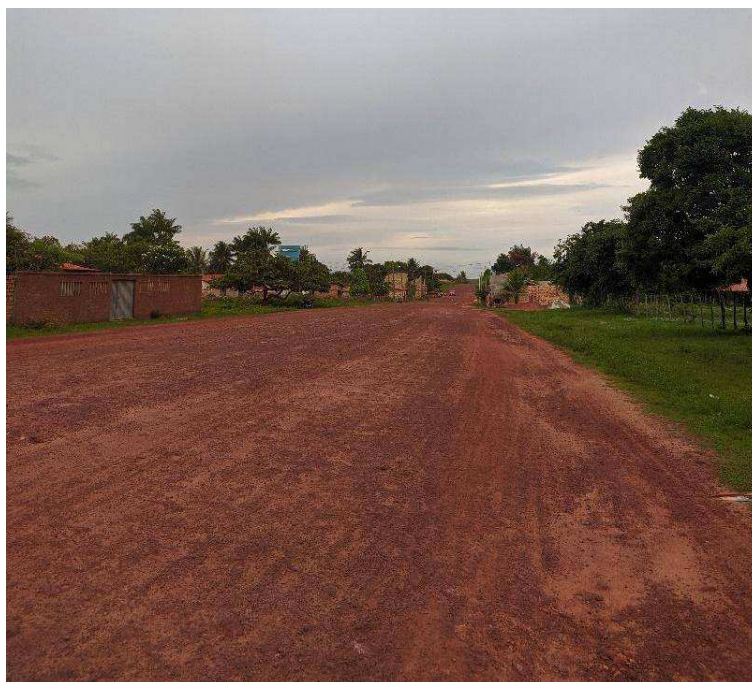
Nesse mesmo ano, foi construído o primeiro edifício público de Guimarães, uma escola municipal, Mateus Avelar, instalada no povoado do Prata. As escolas, nesse período, funcionavam em locais privados ou na casa dos professores.

Segundo o IBGE, consta na época a existência de uma pista de pouso que mais tarde seria usada para o funcionamento de uma linha aérea entre Guimarães e São Luís (Figura 11).

Em 1951, foi implantado um sistema de iluminação com o uso de dispositivos incandescentes nas vias públicas. Em 1956 o município possuía cerca de 65 unidades

de ensino e uma escola de corte e costura. Em 1957 foi fundada a escola Nossa Senhora da Assunção para o funcionamento do curso normal pelas irmãs da Assunção da Santa Virgem (IASV) da missão canadense da diocese de Nicolet.

Figura 11. Av. Agenor Gomes (Antiga Pista do Aeroporto).



Fonte: autoral (2020).

Além disso, foi datado o funcionamento de escolas no interior, além do Cine Teatro Guarapiranga, o Círculo Operário Vimarense, o Centro Social Rural, a Escola de Corte e Costura, o Serviço de Autofalante Voz Guarapiranga, as edificações públicas da prefeitura, da Agência de Correios e Telégrafos e o Fórum.

Nessa época também houve a construção do Grêmio Recreativo e Cultural Vimarense. Iniciativas do Padre italiano Luiz Zecchinato, que chegou ao município nos anos de 1950, além da atuação da missão canadense da diocese de Nicolet a partir de 1955 até 1966. Essas iniciativas foram de grande contribuição para o desenvolvimento educacional e religioso do município. A Villa-Gen também foi outra construção importante, destinada para a formação profissional de jovens.

Em 1970, na gestão do prefeito Celso da Conceição Coutinho foi inaugurado no município o sistema de abastecimento de água da CAEMA, instalado desde a gestão anterior do Sr. Paulo Nogueira, além do sistema de energia elétrica. A inauguração do Centro Educacional Comunitário (CEC) e da implantação do sistema

de transporte marítimo fazendo a conexão entre a capital (São Luís), Guimarães e Cururupu.

A partir de 1980, houve a abertura de rodovias fazendo a ligação dos municípios do litoral ocidental maranhense com o Porto do Cujupe ou pela via térrea passando por municípios da região da baixada maranhense. Com o aumento do número de rodovias, Guimarães deixou de ser o principal canal de transporte de cargas e passageiros. No mesmo ano foi implantado na cidade o sistema de telefonia, logo após o sistema de telefonia fixa e, então, a móvel.

Em 1983, teve-se a inauguração do hospital Maria Alice Coutinho (Figura 12) e em 1987 teve início a construção da ponte que liga a sede do município ao Distrito de Cumã. No ano seguinte, a reconstrução da quadra esportiva na praça dos Sagrados Corações (Figura 13), além da estrada que liga a sede do município à região sudoeste. Em 1990 é iniciada a construção de estradas de acesso a vários povoados existentes, a exemplo do Damásio.

Figura 12. Hospital Maria Alice Coutinho – 1983.



Fonte: IBGE (2021).

Em 1991, auxiliado pelo governador João Alberto em conjunto com o Patrimônio Histórico e Artístico do Maranhão, teve-se a reconstrução do prédio do antigo Fórum, o qual estava em ruínas. Em setembro do mesmo ano, iniciou-se a construção do aterro para a Praia de Cumã, com a proposta de tornar mais viável a atividade dos pescadores da região.

São obras do mesmo período: a inauguração do mercado público e implantação de bancos na praça Luís Domingues. Em dezembro, o Fórum Desembargador Juvenil Ewerton foi reedificado. Na década de 1990, o carnaval do município torna-se muito

popular no Estado, bem como as manifestações culturais tradicionais. Em 2000, a Prefeitura (Figura 14) foi incendiada criminosamente, resultando em ruína. Em 2005, iniciou-se a construção de um trapiche flutuante de madeira para atracar embarcações ao final do aterro que faz a conexão da rua do Porto com o igarapé Guarapiranga.

Figura 13. Praça dos Sagrados Corações e o Fórum ao fundo.



Fonte: autoral (2020).

Figura 14. Pintura que reproduz o prédio original da Prefeitura.



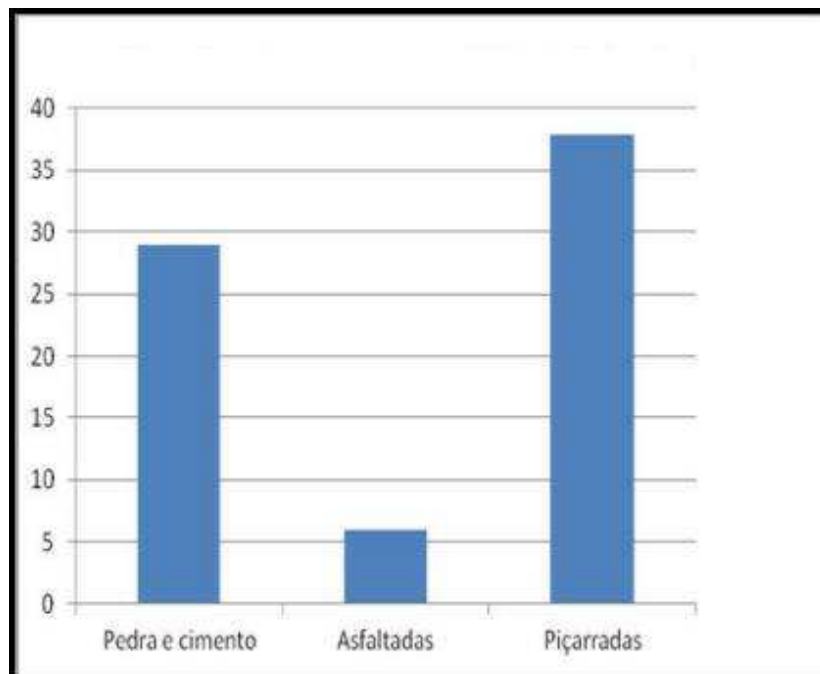
Fonte: autoral (2020).

Algumas obras foram inauguradas, como o CAPS, a reforma da Casa Dias Vieira, o prédio da Secretaria de Educação, restauração de escolas municipais entre outras obras. A cidade, no século XX, passou por uma fragmentação territorial.

A partir dos anos 2000, o município passou por um crescimento econômico, com investimentos em infraestrutura local de ruas (Figura 15), avenidas e edificações, fomentando com o passar dos anos, o desenvolvendo urbanístico da cidade. O acesso a regiões vizinhas tornou-se mais facilitado, a dinâmica do comércio e o deslocamento de muitas pessoas do interior para a sede do município foram alguns dos aspectos que marcaram o período.

Segundo dados do IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos), a zona urbana do município é formada por setenta e três ruas, além de duas avenidas, onze travessas e três praças. Quanto à infraestrutura, o abastecimento de água é feito pela CAEMA com a captação de água de poços artesianos. No município não existe rede de esgoto, levando os moradores a construírem fossas sépticas para esta finalidade.

Figura 15. Gráfico de revestimento das ruas de Guimarães (2011).



Fonte: IMESC (2011).

4 LEI DE SALVAGUARDA PATRIMONIAL E O TOMBAMENTO

4.1 SOBRE A LEI

A legislação referente a preservação do patrimônio natural e cultural de Guimarães é a Lei Municipal nº 866/216 de 06 de setembro de 2016 de autoria da vereadora, ainda em atividade, Ana Luiza Ramos. Foi aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pela prefeita Nilce de Jesus Farias Ribeiro.

No parágrafo único do Art. 2º, afirma que:

O patrimônio natural e cultural do município é constituído por bens, móveis e imóveis de natureza material ou imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, existentes em seu território cuja preservação seja de interesse público dado o seu valor histórico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, turístico, paisagista, arquitetônico e também de valor afetivo para a população (GUIMARÃES, 2016).

Ela prevê a instauração do Livro do Tombo para, então, possibilitar o tombamento dos bens pertencentes ao patrimônio natural e cultural. O proprietário do imóvel a ser tombado (no caso do bem de natureza material) é responsável em preservá-lo, além da comunidade, não sendo permitido descaracterizá-lo.

Atualmente, em 2021, mesmo aprovada, a citada Lei ainda não vigora. Segundo o Secretário de Cultura do município, o cenário da pandemia e outras questões acabaram impossibilitando a sua consolidação. Para a continuidade do processo é necessário que Livro do Tombo seja implantado para o registro dos bens.

Atualmente, no município não existe nenhuma outra medida administrativa que assegure a proteção do acervo histórico patrimonial. Caso haja necessidade de reparos ou reformas, as obras não são fiscalizadas e nem passam pela supervisão da Prefeitura. Esse fato acaba favorecendo a vulnerabilidade da herança da cultura local, materializada nas suas construções históricas.

4.2 O INVENTÁRIO DOS BENS LOCAIS

Guimarães, no Maranhão, é um dos municípios mais antigos do estado. Possui uma grande diversidade cultural e potencial crescente para o turismo, além de abrigar bens históricos relevantes para a história da cidade e para o estado. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, “cidades como Guimarães, Itapecuru-Mirim, Codó e Pindaré-Mirim também possuem significativos bens culturais” (IPHAN, 2014).

Em virtude de tal importância, foi realizada uma reunião na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Guimarães, no primeiro semestre de 2019, composta por

integrantes do instituto, o secretário de cultura e representantes do setor cultural. A discussão teve como pauta os bens históricos existentes no município, a sua temporalidade e significativa relevância, por representarem objetos de reconhecimento e proteção.

Foram cerca de sessenta e três pontos levantados, os quais possuem importantes contribuições para a história da cidade. O inventário envolve bens de natureza material imóveis e, posteriormente, bens naturais e objetos pertencentes ao patrimônio imaterial de Guimarães. A localização desses bens abrange toda a área territorial do município.

Assim que concluídos, os registros e os respectivos documentos deverão ser encaminhados aos órgãos de proteção responsáveis, a nível municipal, estadual (DPHP) e federal (IPHAN) para, então, passarem por avaliação e possivelmente serem tombados em seus referentes níveis.

De acordo com o secretário de cultura Antônio Marcos Gomes, já havia sido feito o levantamento fotográfico desses pontos, mas acabou sendo perdido devido a um problema técnico no computador da prefeitura, onde foi armazenado.

Por critério de delimitação de análise, o levantamento fotográfico e de dados foi realizado somente dos bens imóveis cuja localização abrange a região da sede do município, são eles:

- 1) Prefeitura;
- 2) Casa Odete;
- 3) Poço Barriquinha;
- 4) Poço Mateusinho;
- 5) Barracão Memê;
- 6) Barracão Zé Lutrido;
- 7) Casa Maria Duarte;
- 8) Antigo Mercado Municipal;
- 9) Casa finado Carlos Reis;
- 10) Colônia de Pescadores;
- 11) Comércio Finado Zé Paca;
- 12) Secretaria de Assistência Social;
- 13) Casa Chico Lopes;
- 14) Casa Dias Veira;
- 15) Teatro Guarapiranga;
- 16) Escola da Fé;
- 17) Casa Daniel Victor Coutinho;
- 18) Casa Manoel Pimenta;
- 19) Comércio e Casa Ana Luiza;
- 20) Casa Janilson Schalcher;
- 21) Antiga casa das Freiras;
- 22) Ruína dos Correios;
- 23) Igreja São José;
- 24) Casa finada Marcelina Pinheiro;
- 25) Casa Júlio Souto;
- 26) Poço Grande;
- 27) Poço Zé Pimenta;
- 28) Casa de Té;
- 29) Casas Paroquiais;
- 30) Casa do CREAS;
- 31) Casa Olindina;
- 32) Casa de Grandão;
- 33) Sobrado Candido;
- 34) Casa Betina Cavaignac;
- 35) Casa Odete;
- 36) Oravi;
- 37) Casino;
- 38) Hotel;
- 39) Casa Henrique Schalcher (Rua do Porto);
- 40) Casa Juarez Araujo;
- 41) Casa Manduca Santos (Emilio Habib);
- 42) Cemitério;
- 43) Vilagen;
- 44) Casa Altiva;
- 45) Sindicato Trabalhadores Rurais;
- 46) Santuário Assunção;
- 47) Fórum;
- 48) Casa Betânia.

O Fórum da cidade não estava incluso na lista do inventário cedido pela Secretaria de Cultura, porém, foi confirmado pela municipalidade que a edificação também se trata de um bem local a ser tombado.

5 A PERCEÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

5.1 DELIMITAÇÃO E ANÁLISE DA ÁREA DE ESTUDO

Como exposto anteriormente, o objeto de análise, para efeito de estudo, delimitou-se na área central de Guimarães. Os órgãos públicos locais (Prefeitura/Câmara Municipal) não dispuseram de materiais digitais de representação gráfica para pesquisa, pois utilizam mapas improvisados produzidos pelos próprios funcionários (Figura 16) para serem utilizados na prática de implementações que demandem a investigação do território.

Figura 16. Registro dos mapas fornecidos pela Prefeitura.



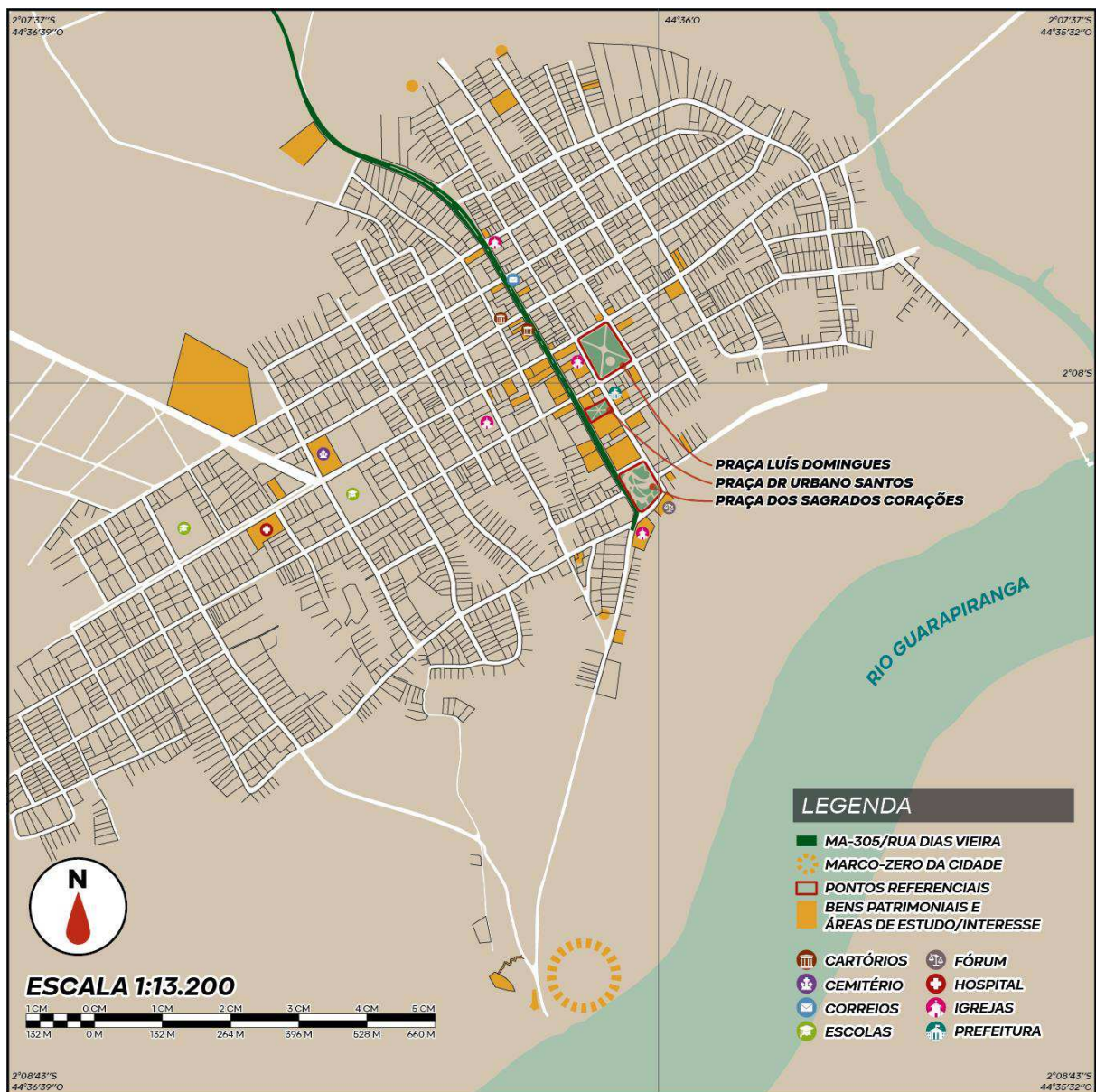
Fonte: autoral (2019).

Diante disso, foi necessário a elaboração de um mapa-base (Figura 17) utilizando imagens de satélite (Google Maps, Google Earth, Bing Maps) e programas de desenho em vetor (AutoCAD, Adobe Illustrator). O recorte utilizado deste mapa-base compreende a área de abordagem citada.

A arquitetura da época, fruto da colonização portuguesa, datada por volta do século XVI ao XVIII, reúne a influência de estilos importados pelos colonizadores. Na arquitetura civil há o predomínio da tipologia arquitetônica de sobrados, solares, de morada inteira, meia morada, morada e meia, $\frac{3}{4}$ de morada e porta e janela. A finalidade do sobrado era tipicamente residencial, enquanto o solar abrigava o comércio no pavimento térreo e os superiores destinado ao uso residencial.

No Maranhão, essa característica é facilmente observada no Centro Histórico da capital, São Luís. Os sobrados e solares eram os prédios considerados mais nobres, pois só tinha posse quem vivia sob melhores condições financeiras. Os escravizados viviam no pavimento térreo e eram responsáveis pela construção dessas moradias. As maiores construções, como os edifícios de Casa de Câmara e Cadeia, eram construídas por engenheiros locais.

Figura 17. Mapa-base da área de estudo – região sede de Guimarães/MA.



Fonte: Autorial (2021).

A tipologia de morada inteira, de uso exclusivamente residencial, possui na sua fachada uma porta central e duas janelas em cada lado. A morada e meia, constitui-se de uma morada com o acréscimo de duas janelas. A meia morada, uma porta entre

duas janelas e $\frac{3}{4}$ de morada corresponde a uma porta com uma janela em um dos lados e duas do outro.

Já a edificação mais simples, a porta e janela, tem na sua nomenclatura a composição referente: uma porta e uma janela na fachada. Em relação a cobertura das construções, era feita, geralmente, com o uso de telhas cerâmicas.

Entre as várias influências, a instalação de engenhos e fazendas foi uma das que acabaram moldando a sociedade e como ela se configurava no espaço. No caso das moradias, por exemplo, a família que possuía maior poder aquisitivo habitava os sobrados e as classes mais baixas, as edificações térreas.

Outras edificações também foram responsáveis por evidenciar esse panorama, como as sedes da administração pública e construções de caráter religioso, a exemplo das igrejas. A produção arquitetônica da época engloba diversas tipologias e suas respectivas funções.

Em relação ao lote urbano, “as vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com casas térreas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais do terreno” (FILHO, 2000, pg. 21). A cidade de Guimarães apresenta o traçado urbano regular no seu território (Figura 18), o qual remete a reprodução da tradição dos seus colonizadores lusitanos. Eles acabaram aplicando no território brasileiro diversas peculiaridades do seu sistema construtivo, porém fazendo adaptações à realidade climática do país.

Figura 18. Rua Dias Vieira, atualmente Avenida Dias Vieira (1981).



Fonte: Jornal Folha de Guimarães (19??).

O Brasil colonial teve na sua arquitetura uma das técnicas mais empregadas, a taipa de mão, bastante utilizada pelos portugueses e espanhóis, sendo muito comum na Europa. A utilização da matéria-prima (madeira e barro) bastante acessível era um dos aspectos que favoreciam o seu uso. Posteriormente a alvenaria de pedra ou a técnica do adobe passaram a ser incorporadas em construções que exigiam estruturas mais reforçadas.

Em Guimarães, um exemplar do método construtivo utilizado encontra-se em exposição no Museu Histórico e Artístico. Uma das paredes do museu possui sua estrutura exposta para a demonstração da técnica da taipa de mão (Figura 19), utilizada em grande parte do casario da praça da Independência, atual Praça Luís Domingues. Supõe-se que esse foi o principal método construtivo empregado no século XVIII e XIX.

Figura 19. Parede do museu que demonstra técnica utilizada no casario da época.



Fonte: autoral (2020).

5.2 CARACTERIZAÇÃO DOS BENS

A identificação do que representa o patrimônio mostra-se extremamente relevante, uma vez que a bagagem cultural é fruto de diversos grupos sociais e todos eles possuem contribuição significativa na construção do meio em que vivem.

Com base nisso, devido a pertinência para a contribuição na pesquisa, julgou-se necessário a realização de um novo levantamento fotográfico e de informações referentes ao inventário, sendo este, um dos objetivos específicos já anteriormente citados. Os registros fotográficos foram feitos entre o final de 2019 e o início de 2020, sendo assim, todos os apontamentos são referentes a este período.

Para a catalogação e produção de dados serão analisadas particularidades como: descrição (com seu respectivo endereço e localização no mapa), tipo de uso, o estado de conservação (especificamente a partir de observações das condições físicas apenas da sua fachada) tendo três níveis de avaliação: 1) bom - sem patologias aparentes, sem necessidade de reparos; 2) regular - com patologias superficiais, necessitando reparos como de pintura, por exemplo; 3) ruim - com patologias críticas na estrutura, necessitando de reparos com mais urgência. Os elementos construtivos também serão considerados, com base nos marcos dos estilos e épocas, de acordo com o bem.

Para melhor organização das informações desses pontos, dividiu-se em grupos, tendo como critério, características e usos predominantes em comum, os quais correspondem:

- Institucional: onde estão reunidas as edificações onde funcionam órgãos públicos/privados ou que oferecem algum tipo de serviço para a população;
- Moradia: as edificações de uso residencial, onde a nomenclatura empregada não representa necessariamente o nome dos respectivos proprietários, mas das personalidades marcantes que residiram nessas habitações;
- Religioso: as que possuem finalidade religiosa;
- Marco Histórico: como o nome sugere, construções e monumentos que possuem relevância na história da cidade e que não se enquadram nos grupos anteriores;

5.2.1 INSTITUCIONAL

5.2.1.1 PREFEITURA

Centro Cultural Gastão Dias Vieira - prédio histórico datado de 1919 adquirido para o funcionamento da prefeitura de Guimarães. Localiza-se na Rua Dr. Urbano Santos (Figura 23), em frente à praça que leva o mesmo nome. No dia 13 de outubro de 2000 foi alvo de um incêndio que destruiu grande parte da sua estrutura.

Logo após foi reconstruído e reinaugurado pelo prefeito Artur José Gomes Faria em 2004. A fachada do prédio original foi mantida. Atualmente, continua funcionando a sede do poder executivo do município. As condições físicas do prédio encontram-se bem conservadas, ele passou, inclusive por uma reforma na sua fachada no início de 2020.

5.2.1.2 CASA FINADO CARLOS REIS

Edificação térrea, exemplar da arquitetura colonial, com a presença de molduras, típico telhado de duas águas, telha cerâmica e esquadrias simétricas. Bem conservada, porém atualmente a fachada encontra-se setorizada, com o uso de pintura, devido a novas adaptações de uso (comércio). Por conta da descaracterização, não foi possível sugerir a provável tipologia original, a qual requer investigações mais específicas. Localiza-se na Rua Dias Vieira (Figura 24).

5.2.1.3 COLÔNIA DE PESCADORES

Onde funciona a associação de pescadores locais. Antes de sediar a Colônia, a construção térrea era uma residência e fica localizada na Rua Dias Vieira (Figura 25). Construção antiga, térrea e a espessura da parede sugere que possivelmente a construção tenha sido feita a partir de técnicas construtivas tradicionais. O estado de conservação considera-se regular, com algumas patologias na estrutura da fachada, como o desgaste da pintura. Com o comparativo das fachadas antiga e atual, observou-se a construção de uma rampa de acesso e manutenção da composição da fachada antiga.

5.2.1.4 COMÉRCIO FINADO ZÉ PACA

Localizado na Rua Dias Vieira (Figura 26), a edificação térrea funciona como ponto comercial e foi reformado recentemente. Bem conservado, a fachada foi modernizada, com a utilização da platibanda ocultando o telhado. Contudo, a espessura da parede aponta que se trata ainda da estrutura de uma construção antiga, mas que passou por readaptações de uso (divisão de ambientes para o funcionamento de dois comércios distintos).

5.2.1.5 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Localiza-se na Rua Dias Vieira (Figura 27), onde funciona a Secretaria de Assistência Social, mas já sediou a Secretaria de Cultura Municipal. Visualmente, é possível perceber que a edificação passou por algumas reformas pontuais, como o reforço da estrutura dos vãos das esquadrias e a construção de uma rampa, visando a melhoria da acessibilidade do local. Atualmente encontra-se em um nível de conservação regular, pois percebe-se que a reforma ainda não foi concluída. Esse aspecto é constatado tendo em vista a intervenção evidenciada pela coloração do cimento na fachada. Possui traços característicos da arquitetura colonial, como a eira, simetria dos arcos e cimalha. Além, disso a composição da fachada sugere a tipologia de uma morada inteira, ou seja, construção térrea, com uma porta e duas janelas em cada um dos lados. Contudo, necessita de um estudo mais aprofundado para tal afirmação.

5.2.1.6 CASA CHICO LOPES

Esta edificação segue o modelo de casarões locais que foram segmentados e adaptados para o funcionamento de pontos comerciais. Localiza-se na Rua Dias Vieira (Figura 28), é térreo e o estado de conservação encontra-se regular, apresentando acabamento da fachada relativamente desgastado.

5.2.1.7 CASA DIAS VIEIRA

Prédio de posse do município, localizado na Rua Dias Vieira (Figura 29), onde funciona a Secretaria de Cultura Municipal e a unidade da agência do Banco do Brasil. Foi residência de famílias locais conceituadas, além de ter sido provisoriamente a sede da Prefeitura em 2005, a Escola Normal a partir de 1958 e a Escola Paroquial São José também a partir desse mesmo ano. É um edifício térreo, em bom estado de conservação e possui a tipologia arquitetônica de uma morada e meia, com a porta centralizada, duas janelas em cada lado acrescida de mais duas janelas no lado esquerdo da sua fachada. Alguns elementos característicos de outros exemplares locais como a simetria das esquadrias e moldura próxima ao telhado também são observados.

5.2.1.8 TEATRO GUARAPIRANGA

Localizado na Rua Dias Vieira (Figura 30), o teatro, de pavimento térreo, é utilizado para eventos religiosos e eventos em geral. Onde funcionou o Cine Teatro,

datado do século XX, demonstra um modelo arquitetônico de um casarão, mas com nítida descaracterização. Constatou-se a vedação de alguns vãos, porém manteve a simetria, a presença de elementos como a eira no telhado e significativa espessura da parede, observada pelas esquadrias. O estado de conservação encontra-se regular, devido ao nítido desgaste da estrutura da fachada.

5.2.1.9 CASA DO CREAS

Onde funciona o Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Edificação bem conservada, possui evidência de uma provável bandeira da esquadria antiga, além da moldura inferior da edificação, elementos que foram readaptados após a intervenção. Possivelmente, a estrutura corresponde a um modelo de arquitetura colonial, sugerido também pela espessura da parede da fachada, mas que provavelmente passou por um processo acentuado de descaracterização. É térreo e localiza-se próximo da Prefeitura, na Rua Dr. Urbano Santos (Figura 31).

5.2.1.10 SOBRADO CÂNDIDO

Com característica diferenciada, uma das únicas edificações da lista com dois pavimentos. Fica localizado na Rua Filomena Archer da Silva (Figura 32), em frente à praça Luís Domingues. Evidente exemplar da arquitetura colonial, aspecto observado pela presença de paredes com significativa espessura, mas com sinais aparentes de descaracterização. Foi reformado e segmentado com o uso de pintura e letreiros para uso comercial nas laterais da edificação e o posto da Polícia Militar funcionando na parte central. Assim como outros casarões, não há como afirmar o nível de descaracterização exato do prédio de acordo com o que existia originalmente, considerando a edificação como um todo, pois exige estudos e investigação mais específicos.

5.2.1.11 ORAVI

Edificação localizada na Rua Emílio Habibe (Figura 33), em frente a praça Luís Domingues. Onde atualmente funciona o Museu Histórico e Artístico de Guimarães e o Instituto Histórico e Geográfico do município. A fachada encontra-se bem conservada e representa um modelo de casario colonial, com a presença da simetria das esquadrias e portando paredes mais espessas (geralmente com espessura final de 20cm a 60cm devido a técnica da taipa de mão, muito comum na época).

5.2.1.12 CASINO

Edificação térrea construída em 1958, em virtude comemoração pelo bicentenário de Guimarães. Localiza-se na Rua São José (Figura 34) e funcionava um clube de festas, a exemplo do Clube do Lítero, em São Luís. O Casino pertencia à elite local, só quem possuía as melhores condições financeiras frequentava. Os negros eram impedidos de frequentar o local. Atualmente é propriedade de uma associação local e encontra-se em reforma. Construção do século XX e apresenta configuração diferenciada quanto às demais edificações, desde a implantação afastada dos limites frontais quanto à disposição da planta da construção, observada pela disposição da fachada.

5.2.1.13 HOTEL

Casarão térreo onde funciona um dos mais antigos hotéis da cidade, na Rua São José (Figura 35), em frente à Praça Luís Domingues. Pertenceu à família Coelho de Sousa e foi residência do primeiro prefeito do município Arthur Napoleão Coelho de Souza. Típico modelo da arquitetura portuguesa, apresenta a pontual simetria de esquadrias, presença de molduras e composição regular da fachada. Encontra-se em bom estado de conservação.

5.2.1.14 CEMITÉRIO

Criado em 30 de junho de 1860, foi o primeiro cemitério público municipal. Localiza-se na Rua Emílio Habibe (Figura 36), próximo da Câmara Municipal. Necessita de revitalização da fachada, pois o acabamento encontra-se desgastado.

5.2.1.15 VILLA-GEN

O prédio da Vila-Gen (Vila Geração Nova) foi construído por volta do século XX. Funcionou um centro de capacitação profissional, sendo uma grande contribuição para o desenvolvimento cultural e educacional de Guimarães. Localiza-se na Avenida Agenor Gomes (antiga pista do aeroporto) (Figura 37) e atualmente funciona para a eventos religiosos e em geral. Trata-se de um grande bloco térreo, com o formato semelhante a um claustro, forma arquitetônica colonial em que há um pátio central, aspecto típico de grandes construções destinadas a equipamentos públicos da época. Possui um número significativo de esquadrias em sua fachada e cobertura de telha

cerâmica. Encontra-se em estado regular de conservação com pintura da fachada relativamente desgastada.

5.2.1.16 CASA ALTIVA

Localizada na rua Professor Osório Anchieta (Figura 38), atualmente sediando o IDEPA - Instituto de Desenvolvimento e Promoção Humana. Características arquitetônicas coloniais analisadas através da simetria das esquadrias, composição de fachada e parede mais espessa, observada a partir da moldura da porta de entrada que apresenta espessura bem inferior à esquadria na qual encontra-se instalada. Bem conservada, possui a fachada revestida de azulejaria comercial.

5.2.1.17 SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Onde hoje funciona o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por volta do ano de 1950 funcionou o Convento das Irmãs da Assunção e pertenceu ao Sr. Henrique da Costa Schalcher. Possui característica tipológica de uma morada inteira, com uma porta central e duas janelas de cada lado, com esquadrias amplas, reproduzindo típica simetria. Estado regular de conservação, com patologias na fachada, com a presença de manchas, as quais sugerem possíveis consequências dos efeitos da umidade. Localiza-se na Rua Sotero dos Reis (Figura 39).

5.2.1.18 FÓRUM

Modelo típico de exemplar arquitetônico administrativo do período colonial e imperial, onde representava a sede da administração do município, comum nas vilas e cidades. O funcionamento da edificação dividia-se em pavimento superior, com a câmara, salão do júri popular e sala de audiências. No pavimento térreo era destinado a cadeira pública e um pequeno quartel. Localiza-se em frente à praça dos Sagrados Corações na Rua Dias Vieiras (Figura 40) e atualmente é o prédio, bem conservado, sede do Fórum Desembargador Juvenil Amorim Ewerton.

5.2.1.19 CASA DAS FREIRAS

Atualmente funciona a Secretaria de Cultura Municipal e Secretaria de Esporte. Localiza-se na Rua Dias Vieira.

5.2.2 MORADIAS

5.2.2.1 CASA ODETE, COMÉRCIO E CASA ANA LUIZA E CASA DE GRANDÃO

A casa Odete localiza-se na esquina da Rua Emílio de Barros com a Emílio Habibe, próximo à Praça Luis Domingues (Figura 41). Comércio e Casa Ana Luiza na Rua Dias Vieira (Figura 42) e a Casa de Grandão, na esquina da Rua Sotero dos Reis com a Rua Dr. Urbano Santos (Figura 43). Casarões bem conservados, porém, igualmente a outros exemplos já citados, possui sua composição modificada tendo adaptação para o uso comercial. Com exceção da Casa de Grandão, que não possui visualmente características nítidas da tipologia arquitetônica portuguesa, as outras apresentam paredes espessas demonstrando a utilização de técnicas tradicionais. Sugerem que a estrutura original tenha sido mantida, porém ressalta-se a necessidade de maiores investigações.

5.2.2.2 CASA MARIA DUARTE, MARCELINA PINHEIRO, MANDUCA SANTOS E JÚLIO SOUTO

A casa Maria Duarte localiza-se na Rua Dias Veira (Figura 44) e é propriedade de uma das maiores personalidades locais na área artística, já falecida, Maria Duarte. A Casa Marcelina Pinheiro fica próxima da Rua Dias Vieira (Figura 45), porém bem próxima da Praça dos Sagrados Corações. A Casa Manduca Santos, na Rua Emílio Habibe (Figura 46) e a Casa Júlio Souto na Rua Marques Café (Figura 47). Com exceção da primeira edificação, as demais necessitam de reparos em sua estrutura da fachada, pois apresentam algumas patologias e desgastes. Todas são térreas, possuem características de intervenções mais atuais, a exemplo da fachada revestida de azulejo comercial, da Casa Maria Duarte. A espessura significativa das paredes, visível com base nos vãos é o que sugere tratar-se de construções antigas nos quatro modelos citados.

5.2.2.3 CASA DANIEL VICTOR COUTINHO

Prédio térreo localizado na Rua Dias Vieira (Figura 48) próximo ao Teatro Guarapiranga e Escola da Fé. A fachada (Figura 20) encontra-se conservada, porém percebe-se que a estrutura interna não se manteve por completa, desconhecendo-se as causas exatas dessa circunstância. Única edificação que foi possível a obtenção de registro do lado interno, observou-se em um dos muros internos que ainda restam, a utilização de tijolos de adobe na construção (Figura 21). Possui características que a diferencia pela presença de elementos de outros estilos, como os arcos ogivais da

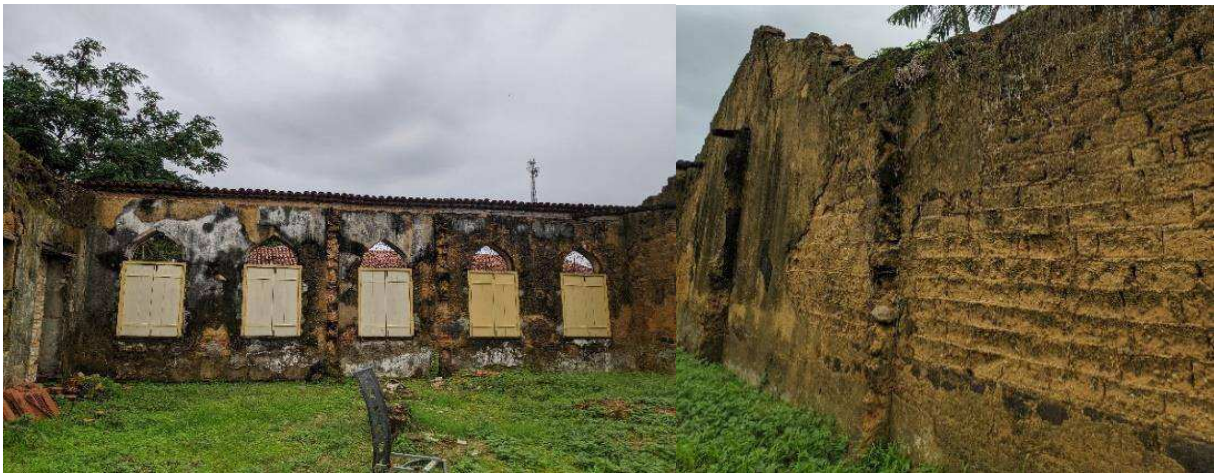
fachada, característico da arquitetura gótica. É constatado também detalhes em relevo e molduras, além da simetria.

Figura 20. Antigo Cartório 1º ofício de Guimarães (1983) e atual Casa Daniel Victor Coutinho.



Fonte: IBGE (2021); autoral (2020).

Figura 21. Vista interna da fachada e detalhe de parede.



Fonte: autoral (2020).

5.2.2.4 CASA MANOEL PIMENTA, CASA JANILSON SCHALCHER E ANTIGA CASA DAS FREIRAS

Edificações térreas localizadas na Avenida Dias Vieira (Figura 49, Figura 50 e Figura 51), próximas umas das outras e constituem exemplos similares e modelo da arquitetura colonial portuguesa. Demonstram características da tipologia da morada inteira, com uma porta central e duas janelas em cada um dos lados. O detalhe da moldura das esquadrias difere de outros exemplares locais, pois acompanham a geometria mais reta das portas e janelas. Em relação ao estado de conservação, as duas primeiras encontram-se em nível regular, com o acabamento da fachada desgastado.

5.2.2.5 CASA DE TÉ

Tipologia típica da arquitetura popular, localiza-se na Rua Santa Cruz (Figura 52), próximo a um dos poços históricos da cidade, o poço Zé Pimenta. Encontra-se bem conservado, com apenas manchas prováveis da ação da umidade na fachada da residência.

5.2.2.6 CASA OLINDINA

Edificação térrea, localizada na Rua Dr. Urbanos Santos (Figura 53), possui características típicas da arquitetura colonial portuguesa, sugere uma tipologia de $\frac{3}{4}$ de morada, com acréscimo de uma janela no lado esquerdo. Simetria na composição da fachada e com a presença de elementos que sugerem um estilo eclético, molduras e colunas na sua estrutura são algum dos detalhes que se destacam. Apresenta um estado de conservação regular, visto que a fachada aparenta desgastes no seu acabamento.

5.2.2.7 CASA BETINA CAVAINAC

Casarão térreo localizado na Rua Firmino de Barros (Figura 54), em frente à Praça dos Sagrados Corações. Possui tipologia arquitetônica de uma morada inteira com acréscimo de uma janela no lado esquerdo. Em bom estado de conservação, apresenta aspectos como simetria, molduras e evidência de traços mais retos no acabamento das esquadrias.

5.2.2.8 CASA HENRIQUE SCHALCHER

Habitação térrea localizada na Rua Emílio Habibe (Figura 55), passou por reformas recentemente e suas características atuais não sugerem modelo de casarão antigo, tal como outros pontos citados, necessitando de estudo mais específicos para compreender a sua temporalidade.

5.2.2.9 CASA JUAREZ ARAÚJO

Edificação térrea localizada na Rua Emílio Habibe (Figura 56) próximo a Casa Henrique Schalcher, apresenta um modelo arquitetônico antigo. A simetria das esquadrias é uma característica evidente, o formato de construção característico no

município, se comparado a outros exemplos, pela implantação do lote e formato retangular. E em bom estado de estado de conservação.

5.2.2.10 CASA BETÂNIA

Localiza-se nas proximidades da entrada de Guimarães (Figura 57) na rodovia 305 (e início da Rua Dias Vieira). Edificação térrea e que era uma habitação originalmente, hoje encontra-se em processo de arruinamento.

5.2.3 RELIGIOSO

5.2.3.1 BARRACÕES ZÉ LUTRIDO E MEME

Construções de característica arquitetônica afro religiosa, construídas por volta do século XX, pela enriquecedora influência da cultura negra no município. Fato este que reflete não só no aspecto religioso, mas em manifestações culturais, por exemplo. Localizam-se na Rua Gonçalves Dias (Figura 58) e Rua Santa Marta (Figura 59). O salão do Meme foi fundado em 1956, hoje desativado, porém antigamente abrigava as atividades do Tambor de Mina. O Barracão Zé Lutrido encontra-se em boas condições de conservação, já o Barracão Meme está com a sua estrutura bastante comprometida.

5.2.3.2 ESCOLA DA FÉ

Tipologia arquitetônica de uma morada e meia, localizada na Rua Dias Vieira (Figura 60). Uma porta central e duas janelas em cada lado, com o acréscimo de mais duas do lado esquerdo da fachada. Predomínio de linhas retas, simetria e detalhes em relevo nas esquadrias. Em estado regular de conservação, com o reboco aparente em áreas pontuais da fachada e manchas, provavelmente causadas pela umidade.

5.2.3.3 IGREJA SÃO JOSÉ

Uma das edificações mais antigas do município com estilo arquitetônico colonial português, foi erguida inicialmente como uma simples capela (por volta do século XVIII) em devoção a São José, padroeiro da cidade. Localiza-se na Rua Santa Cruz (Figura 61) e atualmente encontra-se em um bom estado de conservação.

5.2.3.4 CASAS PAROQUIAIS

Localizadas na Rua São José (Figura 62), sendo um dos lotes de esquina com a Rua Sotero dos Reis (Figura 63). Edificações térreas, típicas da arquitetura portuguesa, tipologias de uma morada inteira e $\frac{3}{4}$ de morada, respectivamente. Serviu de moradia durante vários anos por padres, como o italiano Luiz Zecchinato, os da missão canadenses, entre outros marcantes que passaram pelo município. Um dos prédios, ambos bem conservado, possui a fachada revestidas de azulejo original português (Figura 22), um dos poucos com essa característica na região. A presença da simetria padrão observada em outros casarões da cidade, além de outros elementos característicos como detalhes em relevo na fachada e cimalha.

Figura 22. Detalhe dos azulejos na fachada.



Fonte: autoral (2020).

5.2.4 MARCOS HISTÓRICOS

5.2.4.1 ANTIGO MERCADO MUNICIPAL

Prédio onde funcionava o antigo mercado municipal, localiza-se na Rua Dias Vieira (Figura 64) e atualmente o imóvel encontra-se sem uso. As condições físicas da edificação encontram-se em nível regular de conservação, pois apresenta patologias como desgaste na pintura da fachada, sendo provável a necessidade de reparo também na estrutura e cobertura.

5.2.4.2 RUÍNA DOS CORREIOS

Antigo prédio onde funcionava os Correios no município, hoje restando somente a ruína. Localiza-se na Rua Dias Vieira. (Figura 65)

5.2.4.3 POÇO BARRIQUINHA, POÇO MATEUSINHO, POÇO GRANDE, POÇO ZÉ PIMENTA, BARREIRA/ SAMBAQUIS DO GUARAPIRANGA E SANTUÁRIO ASSUNÇÃO.

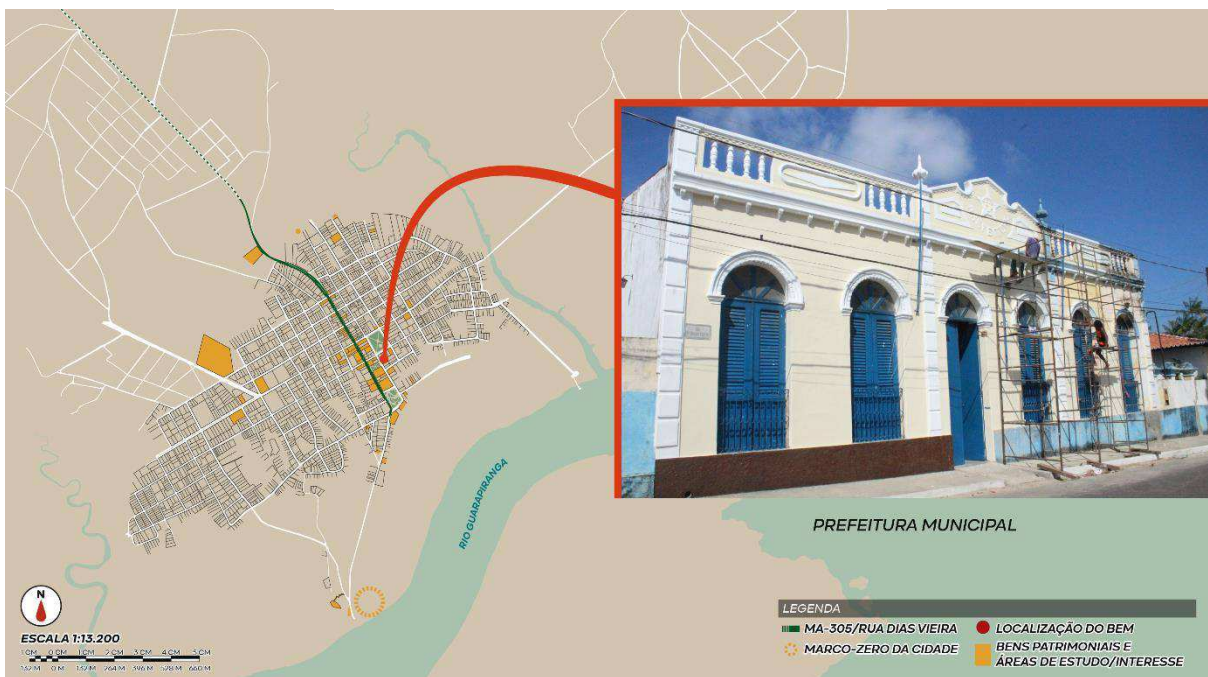
Neste grupo estão reunidos monumentos históricos de Guimarães. Apesar de não fazerem parte do recorte temático da pesquisa, serão descritos e pontuados, por carregarem importante significado para o contexto histórico da cidade.

Os poços localizam-se na Rua São José (Figura 66), Rua Santa Marta (Figura 67), Rua Dep. Prazeres (Figura 68), Rua Santa Cruz (Figura 68) respectivamente. Foram as primeiras fontes de abastecimento de água do município. Muito comum, por muitos anos, burros de carga sendo utilizado para esse transporte e mulheres também transportavam na cabeça, com auxílio de lata ou pote. O poço mais conservado atualmente é o Poço Grande, construído em 1758, ano de fundação da cidade.

Os Sambaquis/Barreira do Guarapiranga (Figura 70) localizam-se na região do porto do Guarapiranga e fazem parte do patrimônio natural do município.

O Santuário Assunção localiza-se na Rua Sotero dos Reis (Figura 71) e foi construído pelas irmãs de Assunção, da missão Nicolet, do Canadá. As irmãs fizeram um importante trabalho de desenvolvimento educacional no município entre as décadas de 60 e 70 e recentemente foi revitalizado por ex- alunos e pessoas voluntárias em comemoração ao aniversário da Escola Nossa Senhora da Assunção

Figura 23. Localização da Prefeitura.



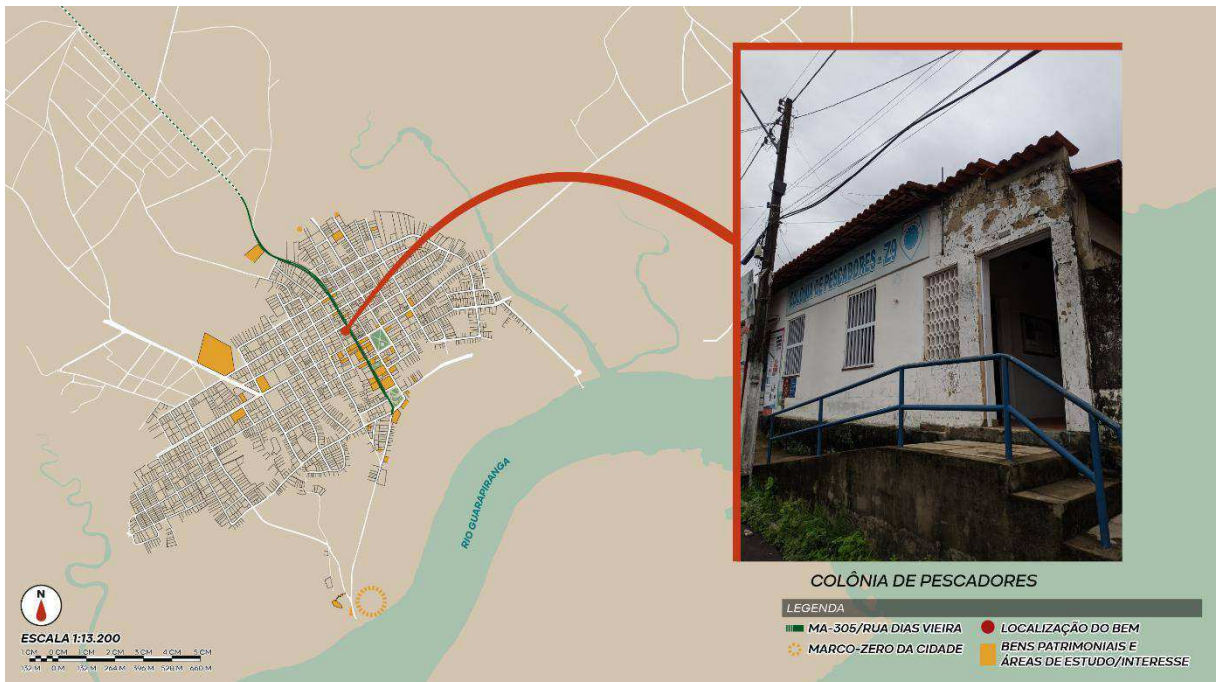
Fonte: autoral (2021).

Figura 24. Localização Casa Finado Carlos Reis.



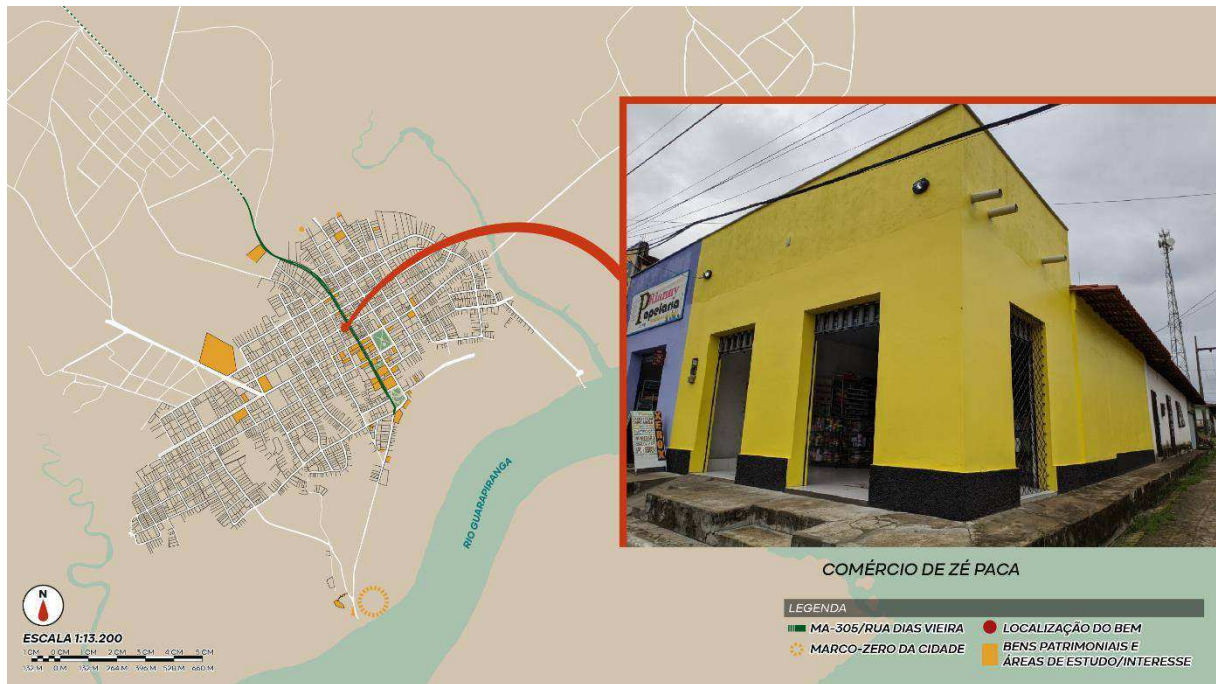
Fonte: autoral (2021)

Figura 25. Localização da Colônia de Pescadores.



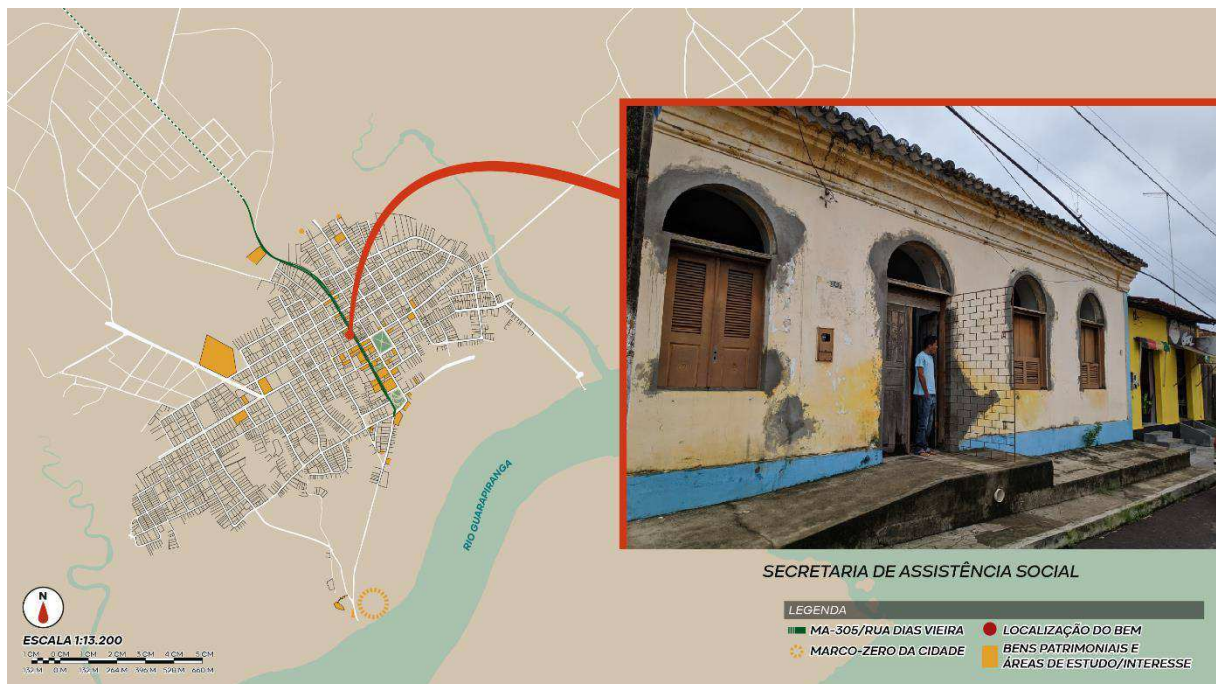
Fonte: autoral (2021)

Figura 26. Localização do Comércio Zé Paca.



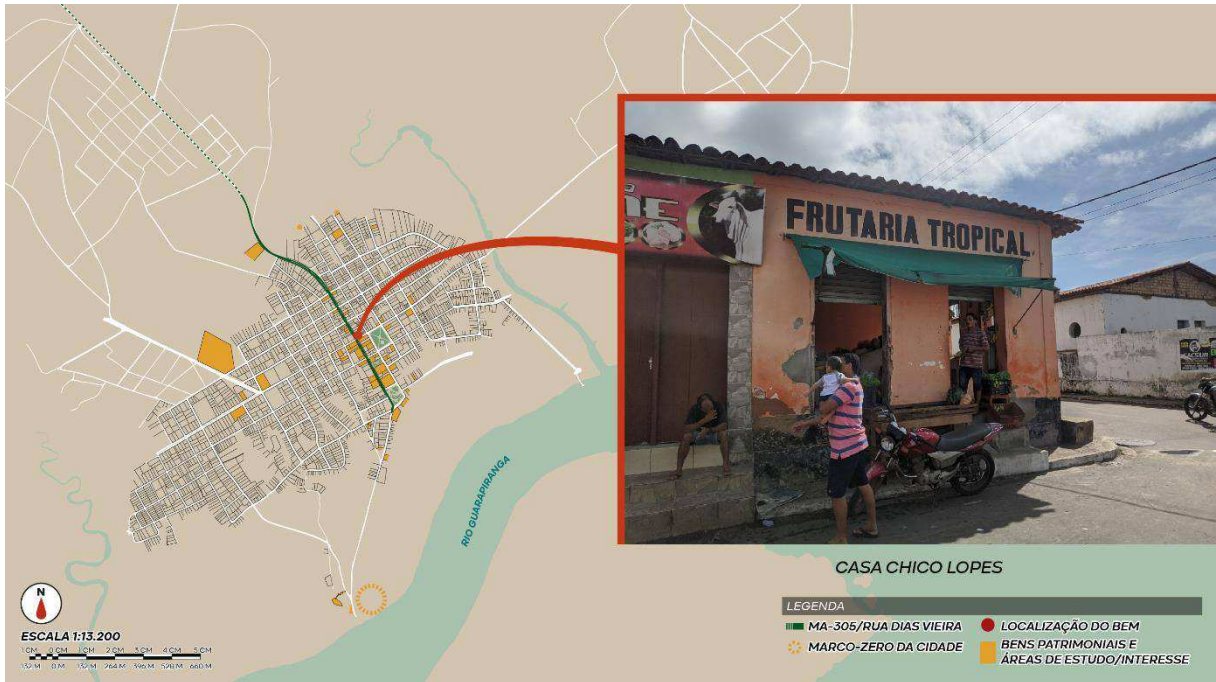
Fonte: autoral (2021)

Figura 27. Localização da Secretaria de Assistência Social.



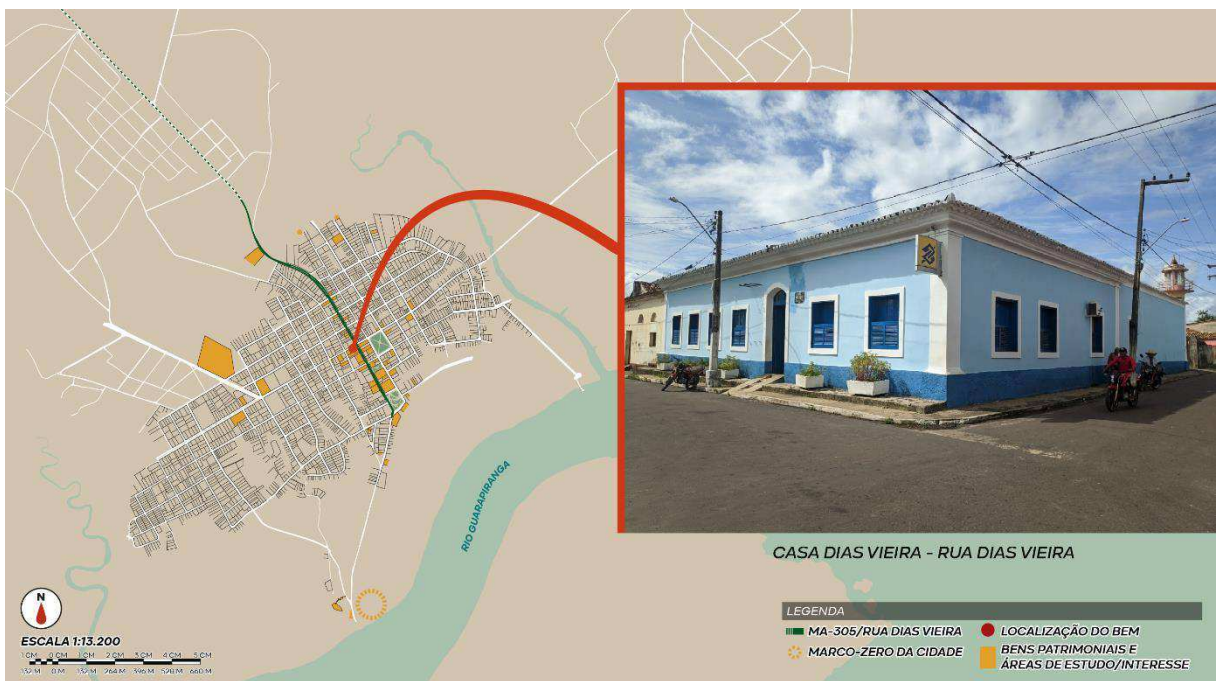
Fonte: autoral (2021)

Figura 28. Localização da Casa Chico Lopes.



Fonte: autoral (2021)

Figura 29. Localização da Casa Dias Vieira.



Fonte: autoral (2021)

Figura 30. Localização do Teatro Guarapiranga.



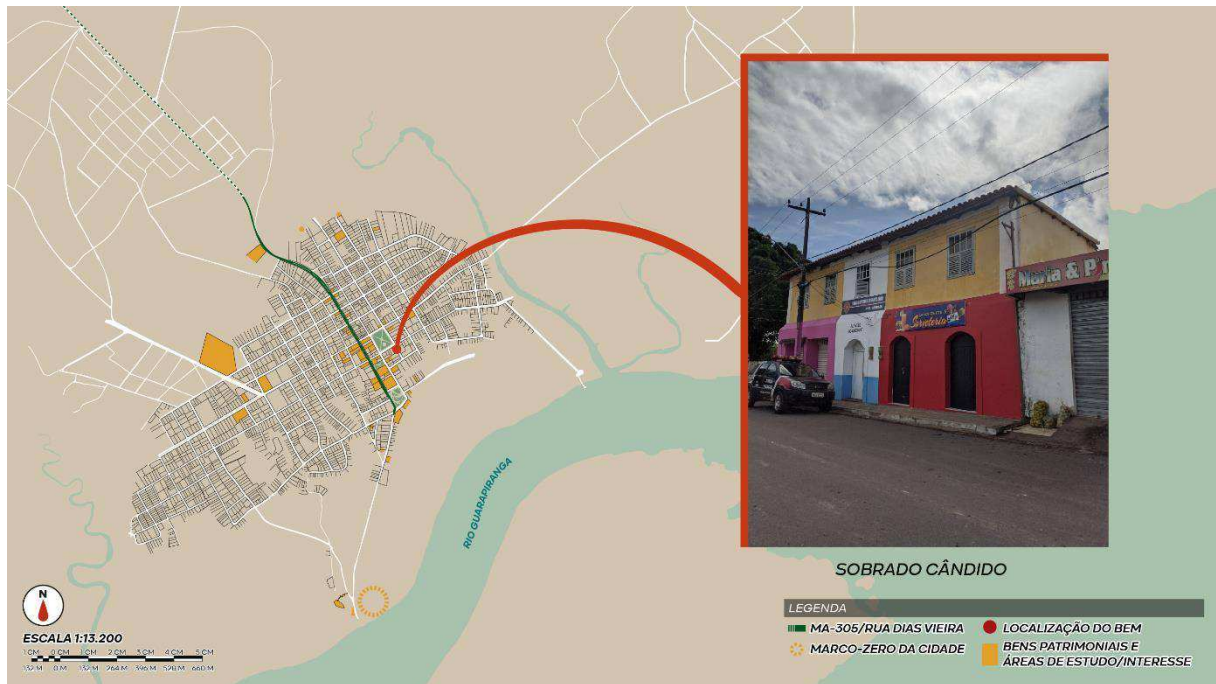
Fonte: autoral (2021)

Figura 31. Localização da Casa do CREAS.



Fonte: autoral (2021)

Figura 32. Localização do Sobrado Cândido.



Fonte: autoral (2021)

Figura 33. Localização do Oravi.



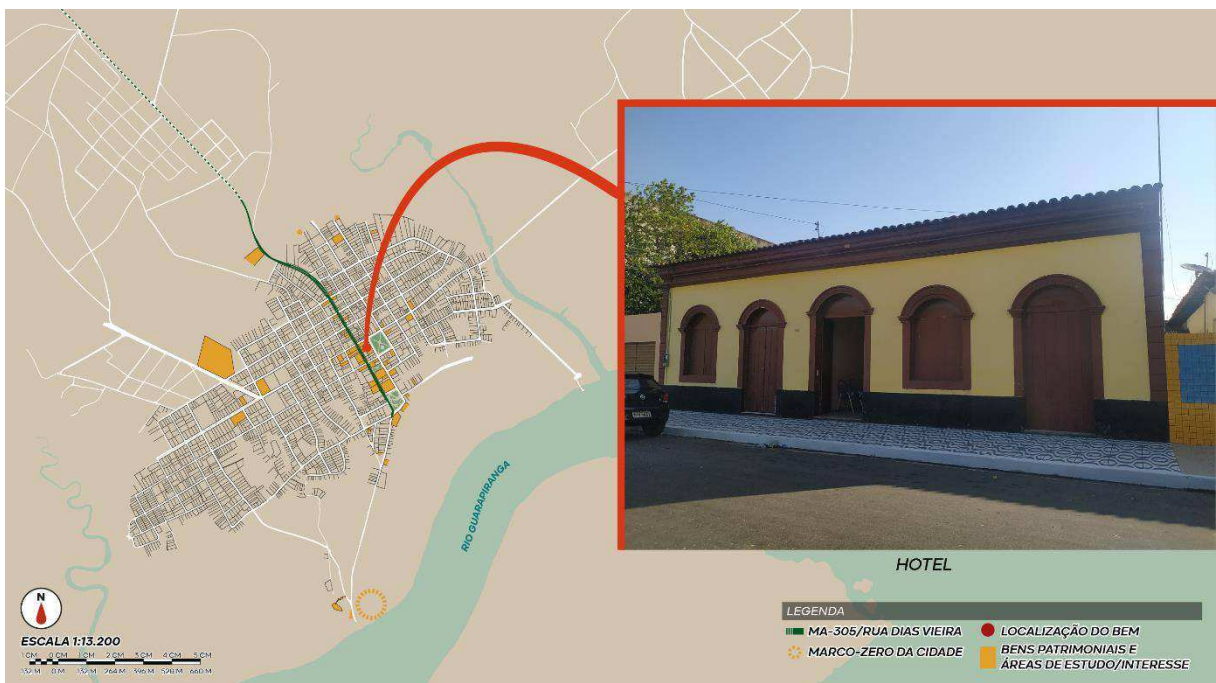
Fonte: autoral (2021)

Figura 34. Localização do Casino.



Fonte: autoral (2021)

Figura 35. Localização do Hotel.



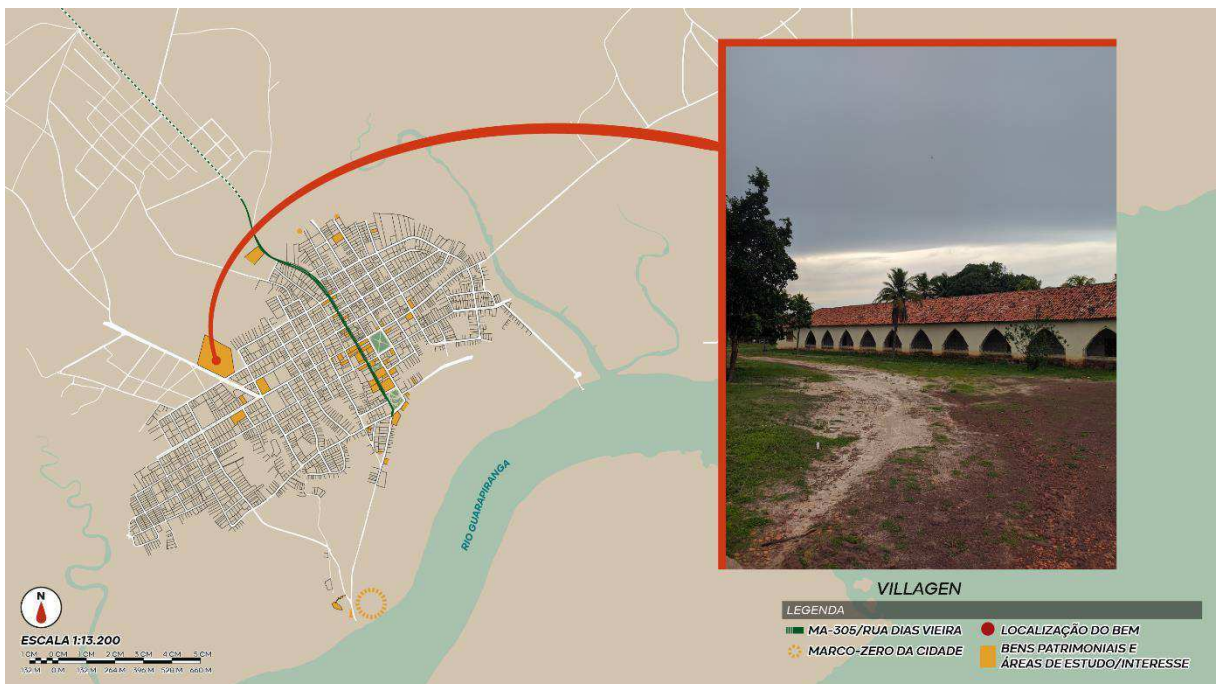
Fonte: autoral (2021)

Figura 36. Localização do Cemitério.



Fonte: autoral (2021)

Figura 37. Localização do VillaGen.



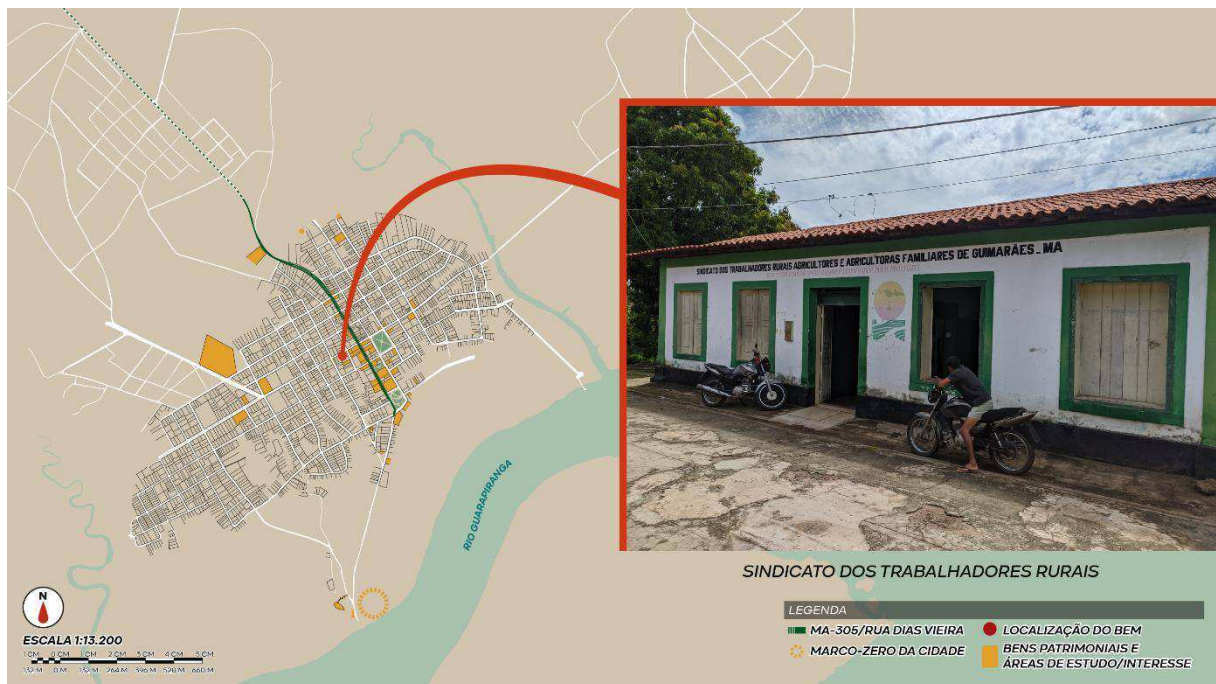
Fonte: autoral (2021)

Figura 38. Localização da Casa Altiva.



Fonte: autoral (2021)

Figura 39. Localização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.



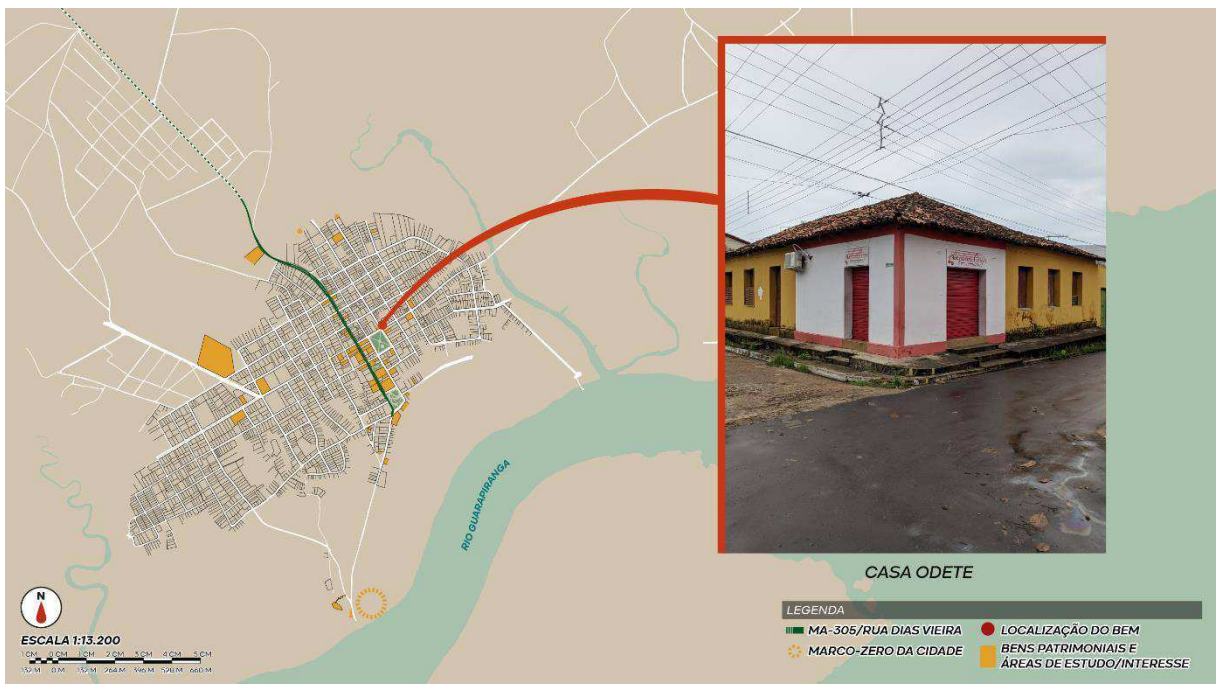
Fonte: autoral (2021)

Figura 40. Localização do Fórum.



Fonte: autoral (2021)

Figura 41. Localização da Casa Odete.



Fonte: autoral (2021)

Figura 42. Localização do Comércio e Casa Ana Luiza.



Fonte: autoral (2021)

Figura 43. Localização da Casa de Grandão.



Fonte: autoral (2021)

Figura 44. Localização da Casa Maria Duarte.



Fonte: autoral (2021)

Figura 45. Localização da Casa Marcelina Pinheiro.



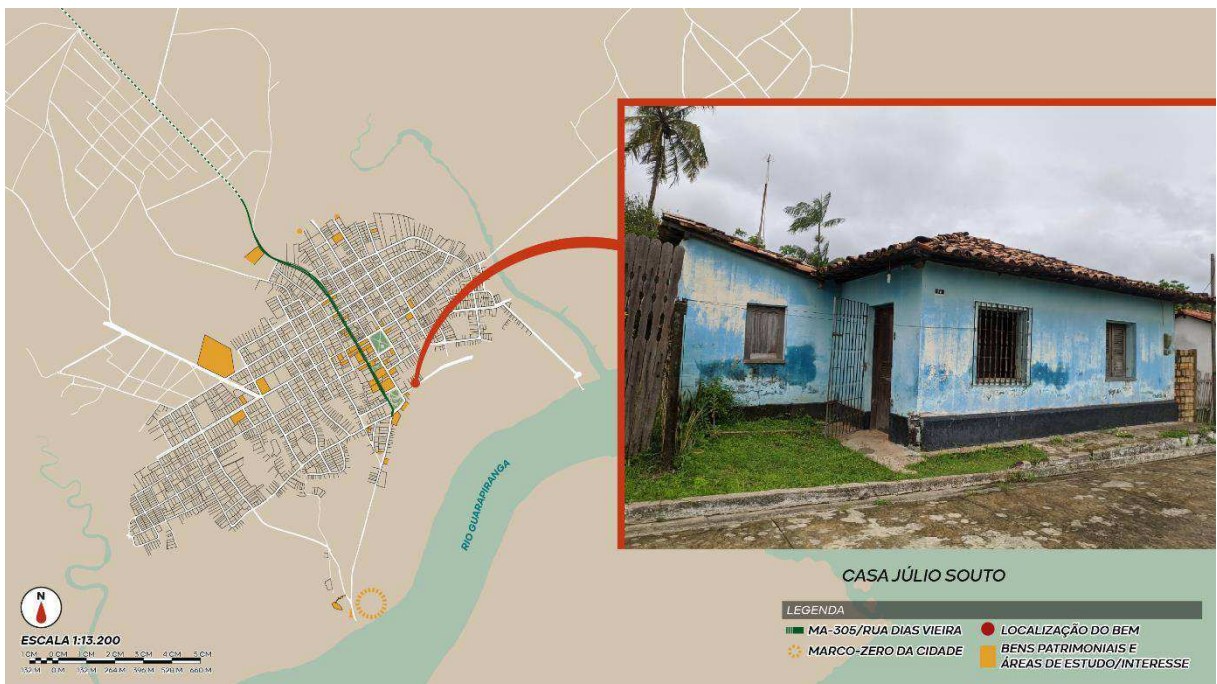
Fonte: autoral (2021)

Figura 46. Localização da Casa Manduca Santos.



Fonte: autoral (2021)

Figura 47. Localização da Casa Júlio Souto.



Fonte: autoral (2021)

Figura 48. Localização do Casa Daniel Victor Coutinho.



Fonte: autoral (2021)

Figura 49. Localização da Casa Manoel Pimenta.



Fonte: autoral (2021)

Figura 50. Localização da Casa Janilson Schalcher.



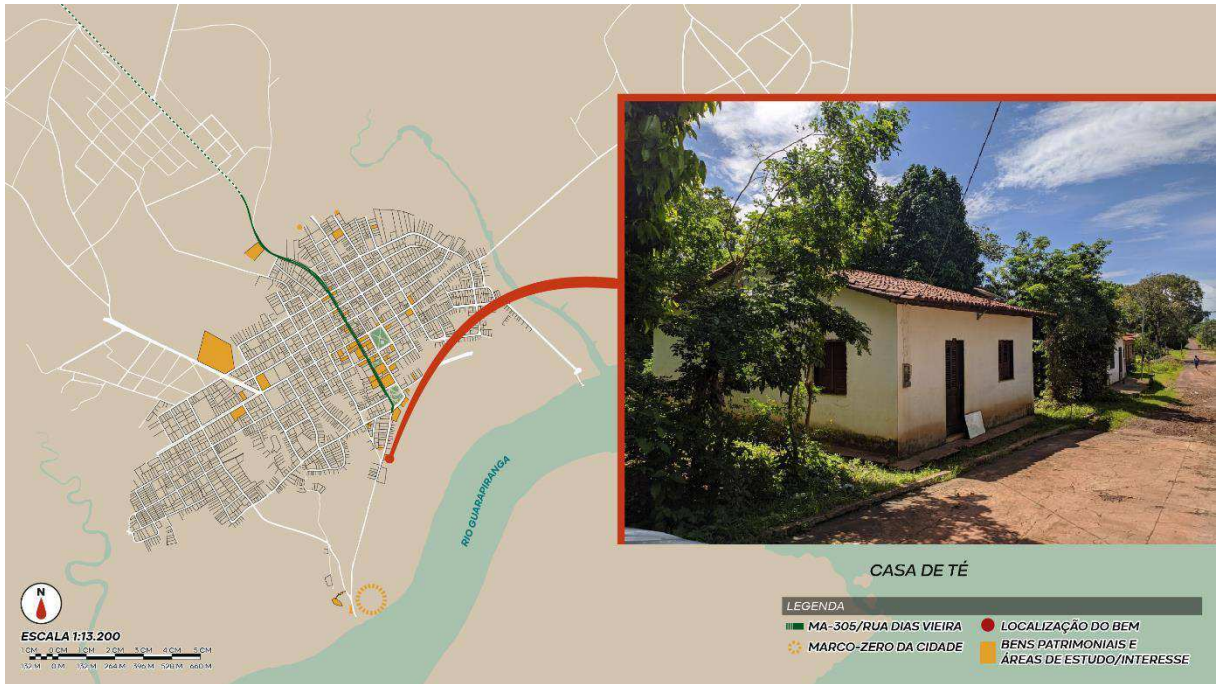
Fonte: autoral (2021)

Figura 51. Localização da Casa das Freiras.



Fonte: autoral (2021)

Figura 52. Localização da Casa de Té.



Fonte: autoral (2021)

Figura 53. Localização da Casa Olindina.



Fonte: autoral (2021)

Figura 54. Localização da Casa Betina Cavaignac.



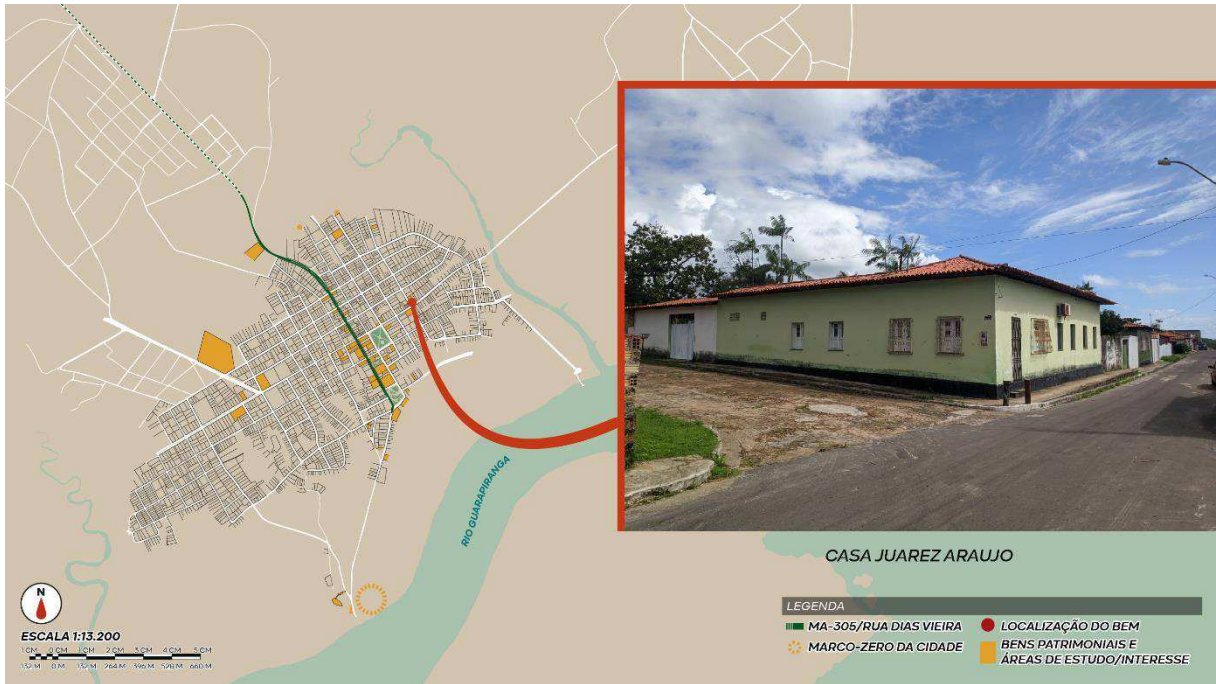
Fonte: autoral (2021)

Figura 55. Localização da Casa Henrique Schalcher.



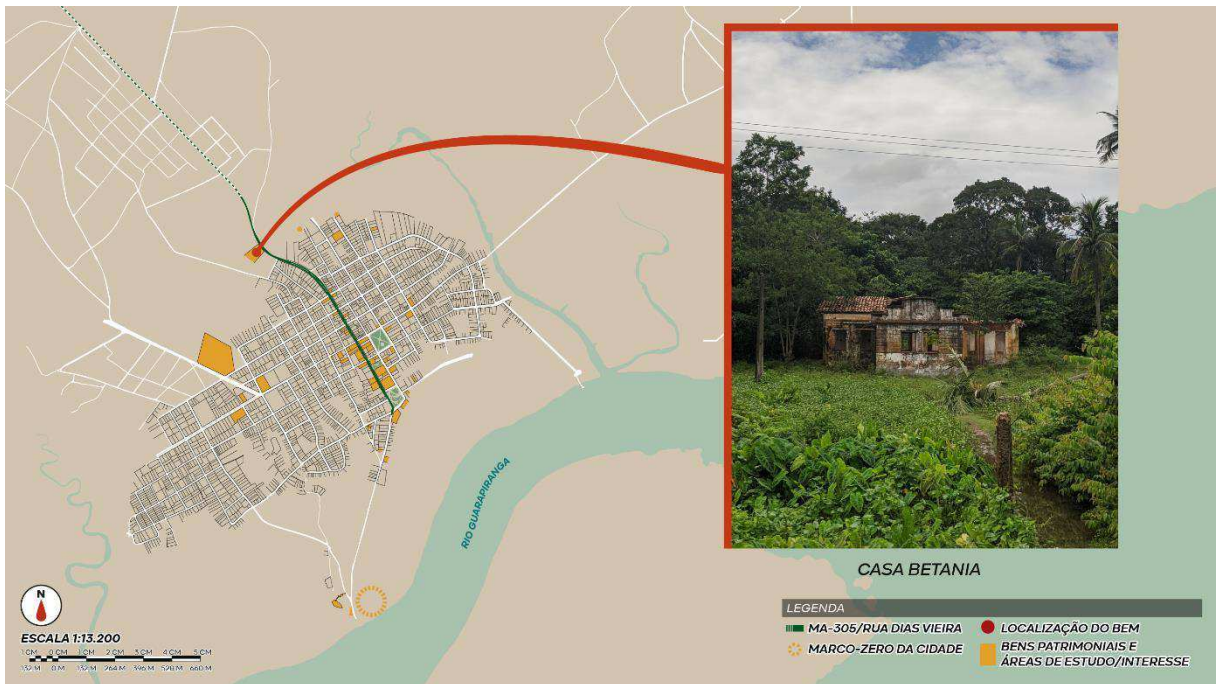
Fonte: autoral (2021)

Figura 56. Localização da Casa Juarez Araujo.



Fonte: autoral (2021)

Figura 57. Localização da Casa Betânia.



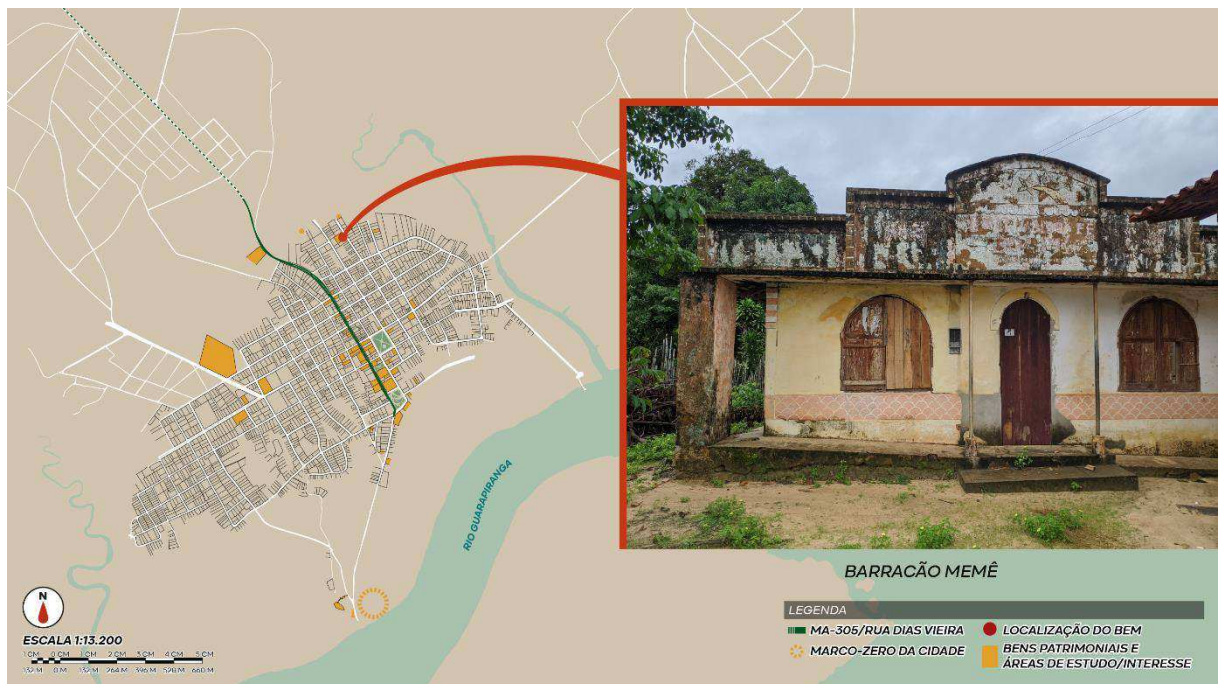
Fonte: autoral (2021)

Figura 58. Localização do Barracão Zé Lutrído.



Fonte: autoral (2021)

Figura 59. Localização do Barracão Memê.



Fonte: autoral (2021)

Figura 60. Localização da Escola da Fé.



Fonte: autoral (2021)

Figura 61. Localização da Igreja São José.



Fonte: autoral (2021)

Figura 62. Localização das Casas Paroquiais (1).



Fonte: autoral (2021)

Figura 63. Localização das Casas Paroquiais (2).



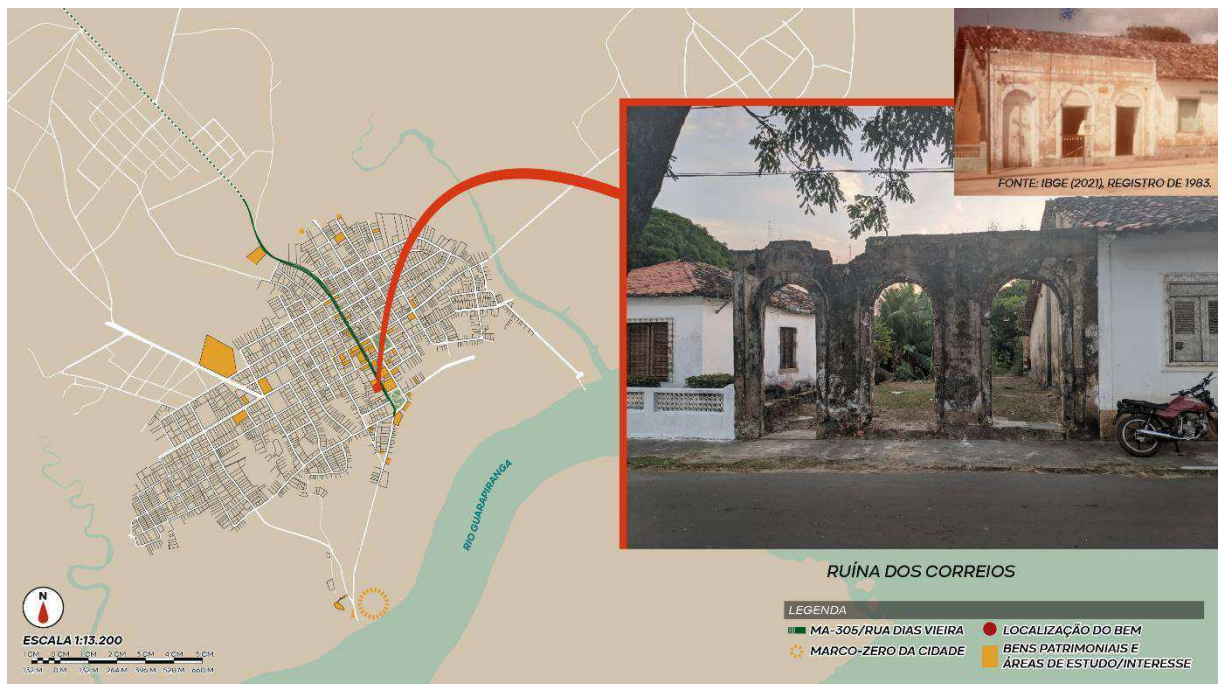
Fonte: autoral (2021)

Figura 64. Localização do Antigo Mercado Municipal.



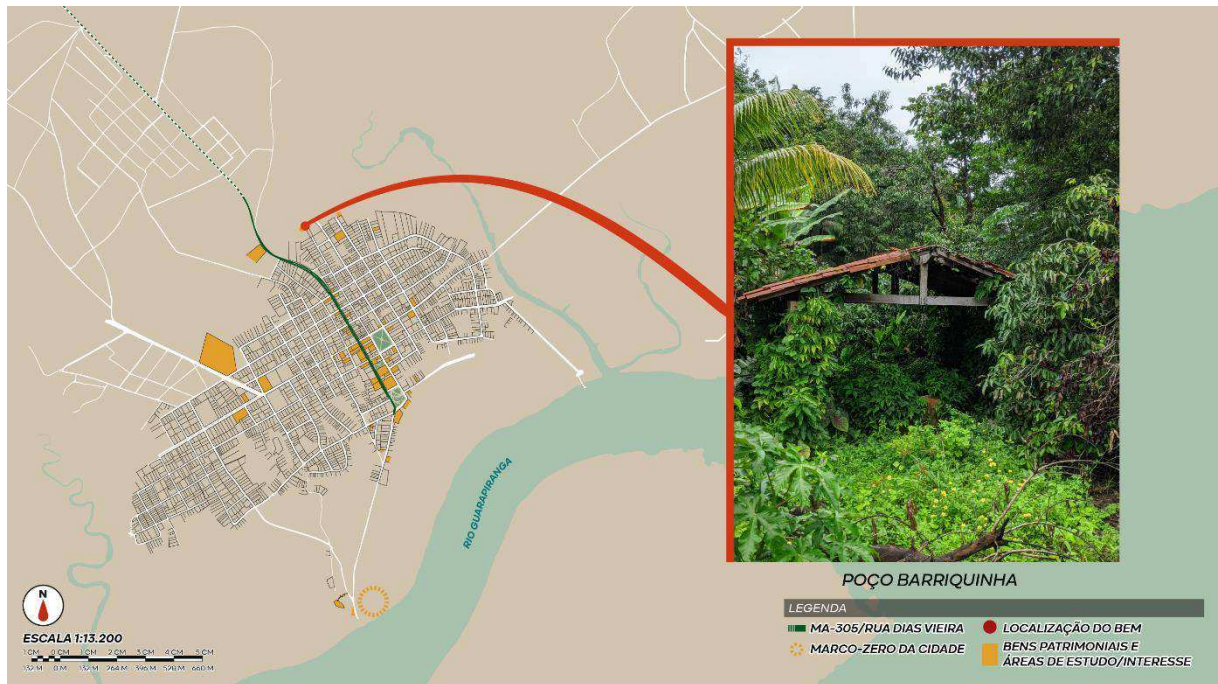
Fonte: autoral (2021)

Figura 65. Localização da Ruína dos Correios.



Fonte: autoral (2021)

Figura 66. Localização do Poço Barriquinha.



Fonte: autoral (2021).

Figura 67. Localização do Poço Mateusinho.



Fonte: autoral (2021).

Figura 68. Localização do Poço Grande.



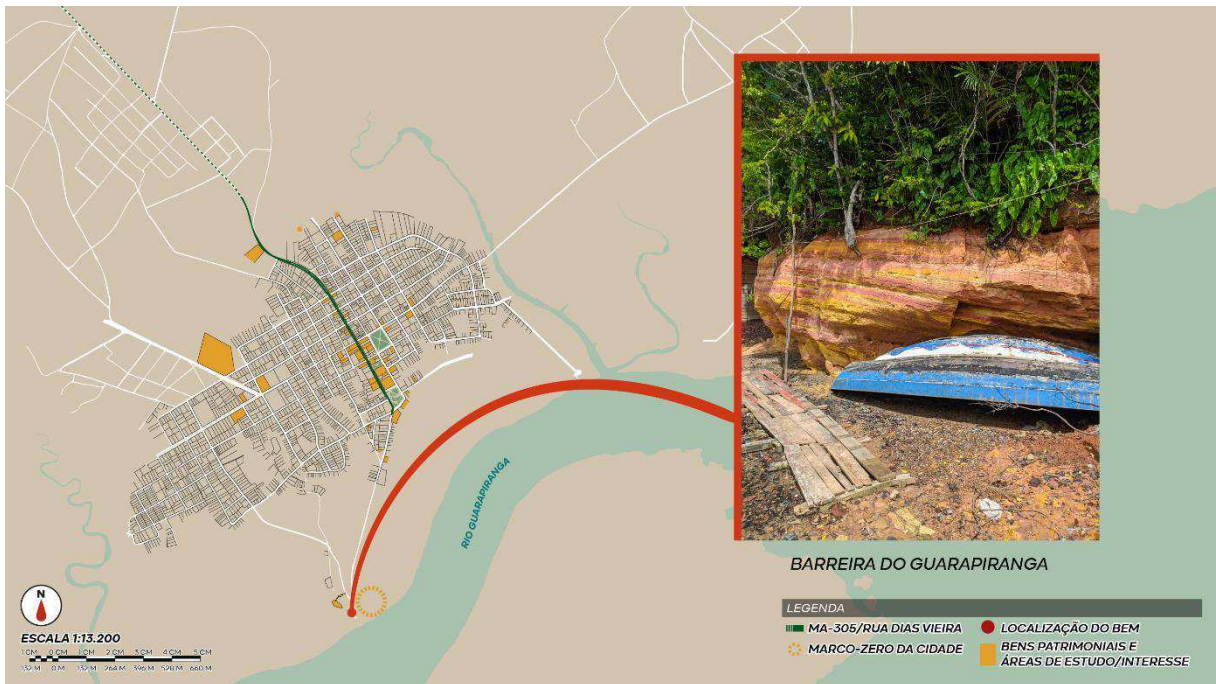
Fonte: autoral (2021)

Figura 69. Localização do Poço Zé Pimenta.



Fonte: autoral (2021).

Figura 70. Localização da Barreira do Guarapiranga.



Fonte: autoral (2021)

Figura 71. Localização do Santuário Assunção.

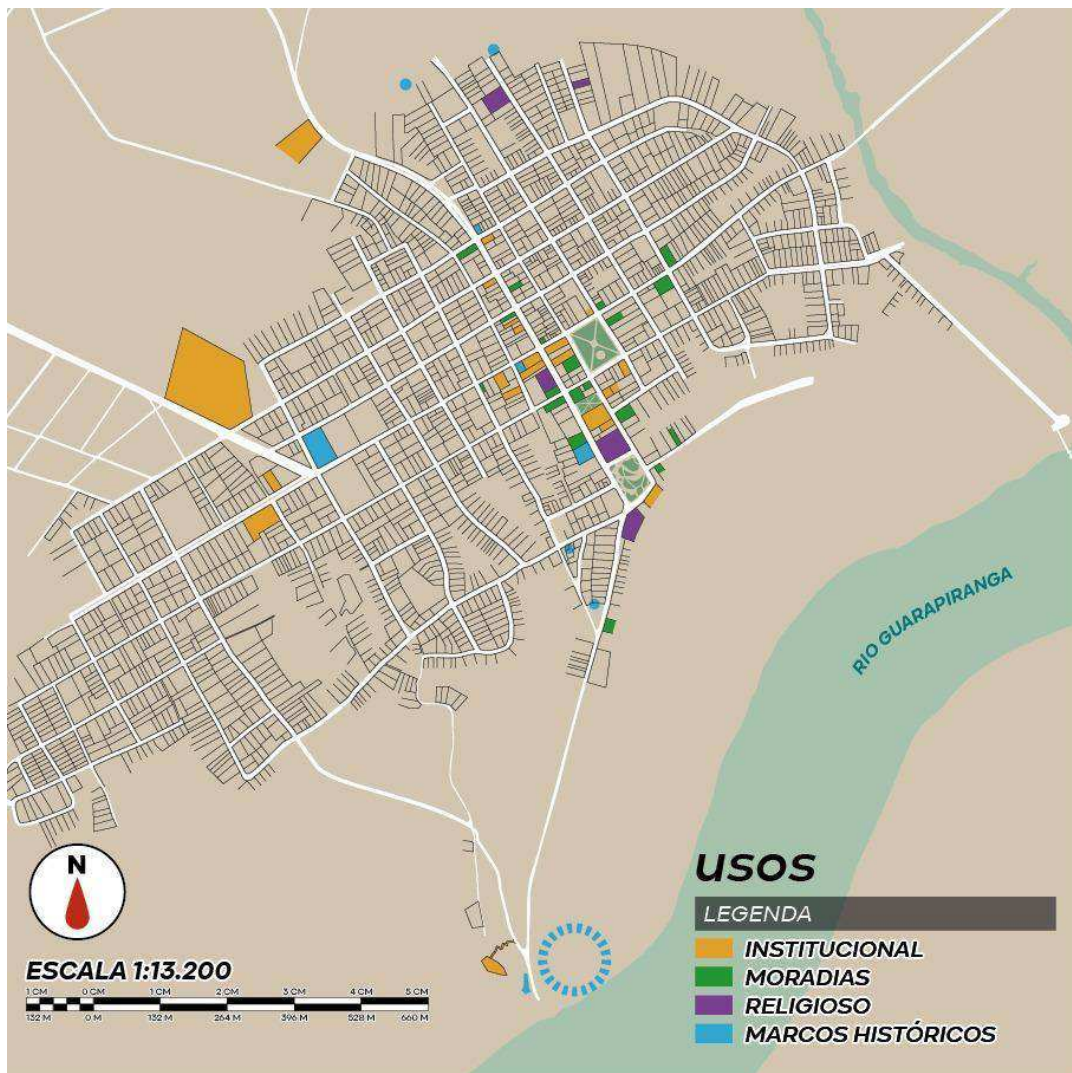


Fonte: autoral (2021)

5.3 ASSOCIAÇÃO DE DADOS E PROPOSIÇÕES

Foram elaborados alguns mapas com base nos dados apresentados, cuja análise possibilita a compreensão da relação desse acervo com o contexto urbano, histórico e cultural em que está inserido.

Figura 72. Mapa de Usos.



Fonte: autoral (2021).

Neste mapa (Figura 72), pontuou-se no território os grupos adotados. No total, 51 bens foram analisados e classificados de acordo com aspectos em comum entre eles, como características construtivas e uso predominante. Entre eles, 18 atendem ao uso institucional, 18 tratam-se de moradias, 6 são de uso religioso e os 9 restantes fazem parte do grupo dos marcos históricos.

É possível observar que, a maior parte dessas construções (cerca de 84%) estão localizados nas proximidades da Rua Dias Vieira, um dos principais logradouros

e onde se concentra a maior parte dos serviços, escolas e atividade comercial do município. O grupo dos bens de uso institucional são os que mais se condensam nessa área. Tendo em vista o potencial para o turismo, esse fato favoreceria o contato dos visitantes em grande parte desses pontos em um pequeno intervalo de tempo, caso fosse estabelecida uma rota turística nessa região. Outra proposição válida, seria utilizar o retorno financeiro da atividade turística como forma de investimento na manutenção dos bens.

Figura 73. Mapa de Gabarito.

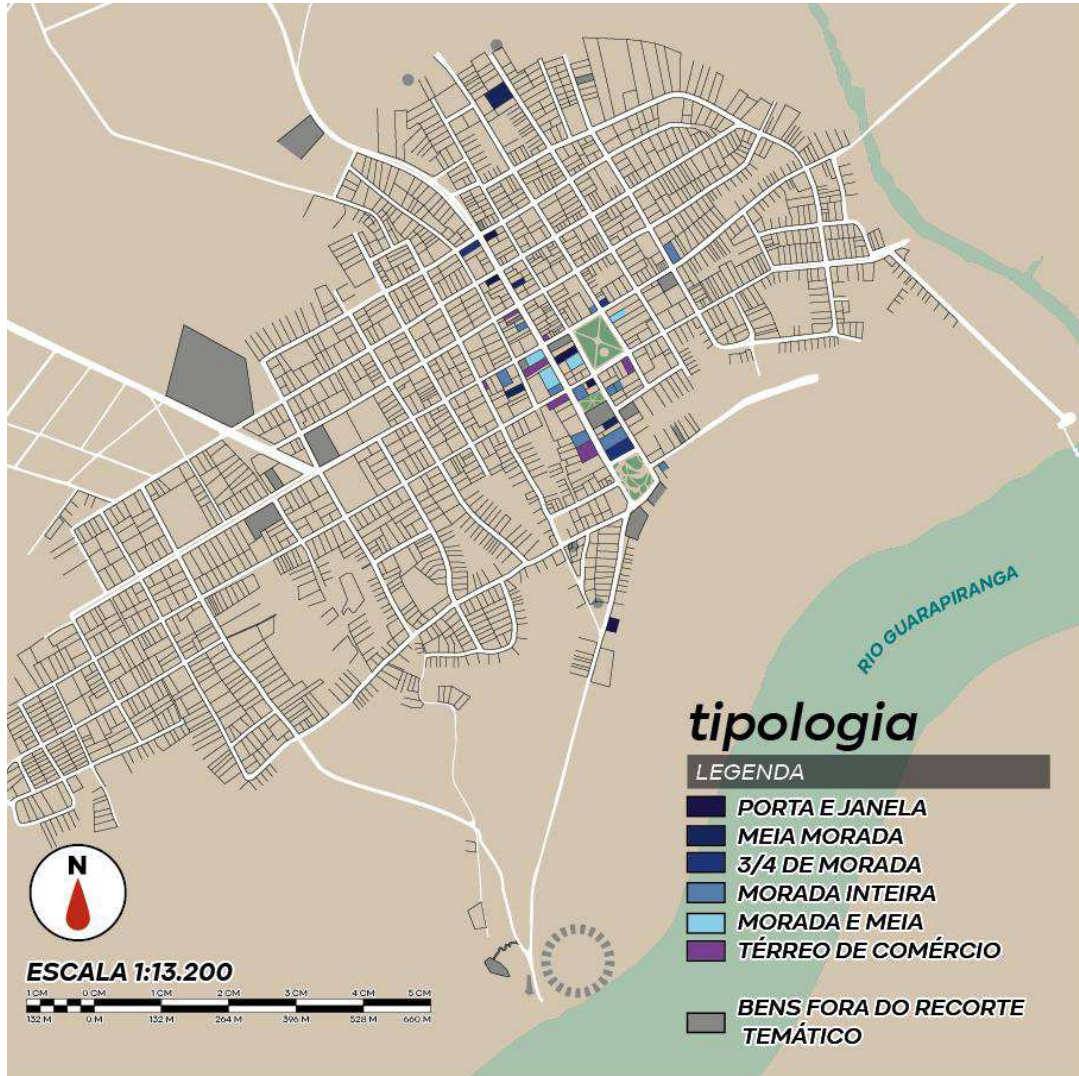


Fonte: autoral (2021)

O mapa de gabarito (Figura 73), cuja proposta é pontuar o número de pavimento de cada um dos prédios, revela que a maior parte desse casario analisado corresponde a edificações térreas, sendo apenas cerca de 3,9% do total, edificações

com mais de um pavimento. Essa pequena porcentagem (apenas 2 prédios) corresponde ao Sobrado Cândido e o Fórum.

Figura 74. Mapa de Tipologia.



Fonte: autoral (2021).

Já o mapa de tipologia (Figura 74) evidencia as variações de composição de fachada das edificações. A maior parte que possui a tipologia de térreo de comércio encontra-se próximo da Rua Dias Vieira e, como já citado anteriormente, compõe o grupo institucional. Esse em específico, os prédios são utilizados para uso comercial, como a própria denominação indica. O mapa permite tornar evidente a presença da diversidade de tipologias na região, com a menor incidência de exemplares de morada e meia (presença de seis janelas e uma porta) e meia-morada (duas janelas e uma porta na fachada). E maior incidência da tipologia da morada inteira (uma porta centralizada e duas janelas de cada um dos lados).

Figura 75. Mapa de Estado de Conservação.



Fonte: autoral (2021).

O mapa em questão (Figura 75), identifica o nível de conservação desses bens. A classificação regular diz respeito aos que, visualmente, necessitam de reparos superficiais, tendo como base a fachada dessas edificações. O grupo com bom nível de conservação descreve fachadas que visualmente estão recebendo algum tipo de manutenção, pois não revelam patologias aparentes. O nível ruim é relativamente pequeno e demonstra a existência das fachadas mais críticas, considerando os níveis adotados. Os de ruína são os bens que estão além do nível crítico, ou seja, os que já apresentam nítidos sinais do processo de arruinamento.

Figura 76. Mapa de Estilos Arquitetônicos.



Fonte: autores (2021).

O mapa acima (Figura 76) demonstra a diversidade dos estilos arquitetônicos nos grupos adotados, onde o colonial é o predominante. O eclético é o segundo estilo mais recorrente, seguido do popular e moderno/contemporâneo, os quais são encontrados em menor quantidade.

O estilo característico do casario de Guimarães é o colonial, que possui grande influência da arquitetura portuguesa, tendo em vista o processo de colonização do território brasileiro. O método construtivo (Figura 77), o tipo de cobertura e implantação no lote são as características dessa arquitetura mais comuns identificados no acervo existente.

Figura 77. Paredes de taipa de pilão e adobe, respectivamente.



Fonte: autoral (2021).

A taipa de mão, técnica construtiva onde a argamassa de terra preenche uma trama de madeira, pode ser observada em uma das paredes do Museu Histórico e Artístico de Guimarães. Já a técnica de Adobe, que consiste na produção de tijolos de barro em formas, pode ser vista em um dos muros da casa Daniel Victor Coutinho.

Figura SEQ Figura * ARABIC 78. Rua Dias Vieira.



Fonte: autoral (2020).

A implantação dos lotes é outro fator bastante característico da arquitetura colonial, onde as moradias são implantadas lado a lado, sem nenhum recuo lateral, sendo limitadas na parte frontal somente pela rua, como se percebe na Figura 78. Os formatos das edificações também seguem uma padronização, além da existência de

um modelo de edificação típico colonial, onde funcionava a sede de administração e justiça. Outro aspecto em comum é o uso de telhas de barros na cobertura, que geralmente possuem duas águas, uma em direção à rua e outra ao fundo do lote.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar consciente o legado da história de um lugar é revelar sua potencialidade enquanto peça fundamental de consolidação e perpetuação da sua herança. A monumentalidade ou a simplicidade de uma construção, o modo de fazer, influências e tradições são aspectos que traduzem a identidade e singularidade de um povo.

Com esta pesquisa, buscou-se compreender o processo de formação da cidade de Guimarães e seus atores sociais desde a fundação no século XVIII. Ainda de que modo ela foi sendo desenvolvida e consolidada ao longo do tempo através dos seus monumentos históricos.

Constatou-se que o domínio de Portugal sob as terras brasileiras e a consequente ocupação e colonização da região onde hoje o município se encontra, foi a principal influência na produção arquitetônica local, tendo exemplares de construções do período colonial conservadas até os dias atuais. Esse “modelo” reproduziu a cultura portuguesa desde a implantação dos lotes, formatos, tipologias residenciais e até mesmo típicas edificações administrativas coloniais, como é o caso do Fórum Desembargador Juvenil Amorim Ewerton. As características originais do prédio foram mantidas, sofrendo apenas adequações ao seu atual uso. É necessário afirmar, contudo, que o presente estudo requer análises aprofundadas quanto as características dessas edificações, para que se alcance dados mais específicos e precisos. Inclusive, essa foi uma das maiores dificuldades enfrentadas, a inviabilidade do deslocamento até a cidade, devido ao difícil cenário da pandemia. Vale destacar, também, que essa problemática acabou impossibilitando para a pesquisador o ponto de vista da comunidade. A participação através da ótica do morador, percepção e narrativas que, com toda certeza, fazem a diferença nos assuntos que dizem respeito a sua própria história.

É importante destacar o aprendizado durante o processo de concepção da análise que transcendeu os conceitos abordados e possibilitou um olhar ainda mais sensível e prático sobre o tema. O olhar quase que “automático” do patrimônio direcionado a edificações “monumentais”, trouxe a reflexão sobre as construções mais

modestas, que embora não sejam ricas em seus detalhes, carregam o modo de construir peculiar, as tradições herdadas entre várias gerações, e, por isso, representam uma contribuição tão significativa para a sociedade, quanto as demais.

A cultura negra africana foi outra grande influência na história do município. Atualmente existem comunidades remanescente de quilombo nas regiões dos povoados, eles foram responsáveis em manter a tradição das manifestações culturais, como o bumba-meu-boi e tambor de crioula, além da construção da própria cidade. O barracão Meme representa o marco da resistência do povo negro, onde foi por muitos um dos palcos dessa cultura.

A configuração do espaço urbano em questão permitiu entender a dinâmica da cidade, a localização e a relação dos pontos levantados com o seu entorno. A maior parte localiza-se próximo da principal via de acesso da cidade, por esse motivo, muitos passaram por readaptação para uso comercial e acabaram sendo segmentados e descaracterizados, perdendo a originalidade da sua composição original.

Notou-se de forma superficial, apenas com base nas condições de fachada, o estado de conservação dos prédios. A maior parte encontra-se bem conservados, apenas necessitando de manutenções como pintura, reparos na estrutura e limpeza das calçadas, pois em algumas delas o acúmulo de vegetação é bastante frequente. Muitas residências tiveram a sua composição de fachada alterada pela necessidade de readaptação de uso, por isso é notável como muitos desses prédios foram segmentados. A Casa Betânia, o Barracão Meme e as Ruínas do Correios são as edificações em condições mais críticas de conservação.

Tornou-se perceptível o fato de que a população possui um nível considerável de consciência da riqueza dos bens que possui, mesmo que ainda não tenham sido tombados. De maneira geral, boa parte dos prédios carregam traços da sua originalidade e isso muito se deve ao entendimento da herança coletiva por parte da comunidade. Por outro lado, há presença de edificações com alto nível de descaracterização e o agravante desse fato é que não existe nenhum tipo de mecanismo legal atuante que regulamente esse tipo de intervenção. O progresso e o desenvolvimento urbano são necessários, de fato, mas reforçar o laço de identidade de um povo é essencial na manutenção da memória entre as suas gerações.

O processo de tombamento é o mais conhecido e utilizado, porém não se trata da única forma de proteção. Ainda que não existam medidas administrativas atuantes ou que elas estejam em processo, como é o caso da cidade, existem formas simples

e eficazes de preservação que podem ser praticados pela população. A fiscalização e denúncia das práticas de dano ao patrimônio público já consiste em uma ação eficiente quanto a sua proteção.

É notável a necessidade da adoção de medidas preservacionistas, ainda que paliativas, por parte dos responsáveis pela gestão do patrimônio público local. Apesar da nítida preocupação com a revitalização de pontos turísticos fomentada pela atividade turística, Guimarães não dispõe ainda dessa proteção mais efetiva, tão pouco de um Plano Diretor. Contudo, o panorama observado sugere a necessidade de tornar seus bens patrimoniais uma prioridade dentro do planejamento urbano. Longe de serem construções “ultrapassadas” ou que pararam no tempo, consistem no testemunho de um importante legado que ainda resiste.

Por fim, a pesquisa demonstra um importante registro temporal do cenário patrimônio da cidade. Buscou-se a promoção da visibilidade do acervo histórico de Guimarães, e, assim, servir de auxílio nas etapas seguintes para o alcance da salvaguarda desses bens, além de suporte para futuras políticas públicas de preservação local. Sem dúvidas, as contribuições são multidisciplinares e a soma dessas ações é uma garantia de proteção eficaz desse importante patrimônio pertencente a todos.

REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. **O que é arquitetura do Brasil Colônia?** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/956978/o-que-e-arquitetura-do-brasil-colonia>.

Acesso em: 02 de março de 2021.

_____. **O que é patrimônio material e imaterial?** Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/957956/o-que-e-patrimonio-material-e-imaterial>.

Acesso em: 12 de fev. de 2021.

ARTE SOL. **Patrimônio imaterial: a criatividade dos povos tradicionais é um dos nossos maiores legados.** Disponível em:

<https://www.artesol.org.br/conteudos/visualizar/Patrimonio-imaterial-a-criatividade-dos-povos-tradicionais-e-um-dos-nossos-maiores-legados>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

ARTEZANAL. **Arquitetura Colonial no Brasil.** Disponível em: <https://www.artezanal.com/blog/arquitetura-colonial/> Acesso em: 14 de fev. de 2021.

AURUM. **Entenda o que é o Estatuto da Cidade e seus principais instrumentos.**

Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/estatuto-da-cidade/>. Acesso em: 14 de março de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL ESCOLA. **A Importância do Patrimônio Histórico como Instrumento de Preservação da Memória.** Disponível em:

https://monografias.brasilecola.uol.com.br/historia/a-importancia-patrimonio-historico-como-instrumento-preservacao.htm#capitulo_3. Acesso em: 14 de fev. de 2021.

CASA DA ARTE. **Boi de Guimarães.** Disponível em: <https://www.casadarte.art.br/boi-de-guimaraes>. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

CASARÃO DE IDEIAS. **A importância da Preservação do Patrimônio Histórico.** Disponível em: <https://casaraodeideias.com.br/a-importancia-da-preservacao-do-patrimonio-historico/>. Acesso em: 14 de fev. de 2021.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2014.

COLIN, Silvio Vilela. **Técnicas Construtivas do Período Colonial.** Disponível em: <http://imphic.ning.com/group/historiacolonial/forum/attachment/download?id=2394393%3AUploadedFile%3A16519>. Acesso em: 20 de março de 2021.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS (DICIO). **Patrimônio.** Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patrimonio/> Acesso em: 15 fev. 2021.

DICYT. **Patrimônio histórico: uma questão de cidadania.** Disponível em: http://www.dicyt.com/noticia/patrimonio-historico-uma-questao-de-cidadania_. Acesso em: 22 dez. 2020.

ESTILOS ARQUITETÔNICOS. **Arquitetura Colonial.** Disponível em: <https://www.estilosarquiteticos.com.br/arquitetura-colonial/>. Acesso em: 24 de jan. de 2021.

FIGUEIREDO, Margareth; Varum, Humberto; Costa, Aníbal. **Caracterização das técnicas construtivas em terra edificadas no século XVIII e XIX no centro histórico de São Luís (MA, Brasil).** Arquitetura Revista, vol. 7, núm. 1, p.81-93, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/1280>. Acesso em: 28 de fev. de 2021.

FILHO, Nestor Goulart Reis. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** 13.ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

GGN. **Patrimônio Arquitetônico: Preservar não é apenas tomar!** Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/patrimonio-arquitetonico-preservar-nao-e-apeenas-tomar/>. Acesso em: 2 de fev. de 2021.

HALBWACHS, MAURICE. **Memória Coletiva**. 1 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Evolução Política-Administrativa do Estado do Maranhão – 2010**. São Luís: IMESC, 2010.

IBGE. **Guimarães**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/guimaraes/historico>. Acesso em: 28 dez. 2020.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Dárrya Ckessya de Queiroz. **Guimarães: Potencial para Implantação do Turismo Rural**. 2004. Monografia (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

OLIVEIRA, Paulo. **Cronologia da História de Guimarães**. 2 ed. Guimarães: SEGRAF, 2008.

_____. **Parabéns, Guimarães, pelos teus 248 anos!** São Luís: Segráf, 2006.

_____. **Recontando a História de Guimarães**. Guimarães: Gráfica Aquarela, 2015.

PATRIMÔNIO TRADICIONAL. **O Município de Guimarães**. Disponível em: <http://patrimoniotradicional.blogspot.com/2014/01/o-municipio-de-guimaraes.html>. Acesso em: 28 de jan. de 2021.

PIMENTEL, Gisley Ribeiro. **O Turismo como Indutor do Desenvolvimento Socioeconômico E Sustentável: possibilidades para o município de Guimarães – Maranhão**. 2015. Monografia (Bacharelado em Turismo). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

POLITIZE. **Patrimônio Cultural e o seu significado**. Disponível em: Acesso em: 12 de jan. de 2021.

_____. **IPHAN: entenda sua história, importância e atividades!** Disponível em: <https://www.politize.com.br/iphan/>. Acesso em: 8 de fev. de 2021.

_____. **O que é um Plano Diretor?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/plano-diretor-o-que-e/>. Acesso em: 02 de março de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. **Prefeitura, Câmara e IHGG iniciam inventariação de bens históricos de Guimarães. Prefeitura de Guimarães.** Disponível em: <http://guimaraes.ma.gov.br/noticias/noticias/exibe/0016026-prefeitura-camara-e-ihgg-iniciam-inventariacao-de-bens-historicos-de-guimaraes>. Acesso em: 12 jul. 2020.

RISCADO, Julia Erminia. **Patrimônio e Cidade: uma análise sobre os centros históricos brasileiros em tempos de reestruturação urbana.** MÉTIS: história & cultura, v. 17, n. 33, p. 293-306, jan./jun. 2018.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade?**. 1 ed. 1994. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RTP. **Uma Breve História da Azulejaria Portuguesa.** Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/uma-breve-historia-da-azulejaria-portuguesa/>. Acesso em: 06 de fev. de 2021.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da USP, 2008.

TODA MATÉRIA. **Cultura Material e Imaterial.** Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/cultura-material-e-imaterial/>. Acesso em: 3 de março de 2021.

VITRUVIUS. **A preservação do patrimônio e o tecido urbano Parte 1: A reinterpretação do passado histórico.** Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.003/992>. Acesso em: 17 de março de 2021.

_____. **O patrimônio arquitetônico no século 21.** Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/17.198/6307%3E>. Acesso em: 17 de março de 2021.

_____. **Os valores do patrimônio cultural: uma contribuição teórica para as políticas de conservação.** Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/13.145/4387>. Acesso em: 04 de jan. de 2021.

_____. **O patrimônio cultural edificado e sua gestão.** Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/drops/06.012/1660>. Acesso em: 12 de março. de 2021.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura Popular Brasileira.** 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.